



# Dinâmica socioeconômica de municípios selecionados:

Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA),  
Juiz de Fora (MG), Londrina (PR),  
Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)



## Volume 2



Instituto de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal de Uberlândia

**Universidade Federal de Uberlândia - UFU**

Valder Steffen Júnior

Reitor

**Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI**

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretora

**Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES**

Rick Humberto Naves Galdino

Coordenador

**Coordenação do Relatório**

Vanessa Petrelli Côrrea

**Relatores**

Volume 1 - Luiz Bertolucci Júnior

Volume 2 - Alanna Santos de Oliveira

Volume 3 – Marlene Marins de Camargos Borges

Ester William Ferreira

Volume 4 - Ana Alice B. P. Damas Garlipp

Volume 5 - Rick Humberto Naves Galdino

Volume 6 – Carlos José Diniz

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos relatores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERI/UFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

**Citação deste volume:**

OLIVEIRA, Alanna S. Volume 2 - A dinâmica produtiva dos municípios de média concentração: uma análise para municípios selecionados. In: Dinâmica Socioeconômica de Municípios Selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG). Uberlândia: CEPES/IERI/UFU, V. 2, fevereiro 2018. 74 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

## Apresentação

A Pesquisa **Dinâmica Socioeconômica de Municípios selecionados: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)** apresenta, nesta edição, um panorama do diferenciado processo de desenvolvimento demográfico, social e econômico experimentado por estes municípios selecionados, em regiões e estados tão distintos, mas que apresentam em comum um porte populacional próximo - todos têm mais de 500 mil habitantes conforme o Censo Demográfico do Brasil de 2010 (IBGE, 2010). Os resultados da pesquisa são apresentados em seis volumes organizados por áreas de estudo e análise.

No **Volume 1**, intitulado **Similaridades e Diferenças Demográficas em Municípios Polos: Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG)**, apresenta-se uma análise comparativa entre um conjunto de variáveis demográficas que explicitam as mudanças que ocorreram na dinâmica demográfica nos municípios selecionados, bem como nos estados dos quais integram, refletindo as importantes alterações observadas, nas últimas décadas, no padrão de crescimento populacional brasileiro. Destaca-se a dinâmica demográfica resultante do tamanho da população residente, forjando diferentes performances experimentadas pelos municípios, seja no ritmo de crescimento ou na composição da população urbana e rural, desagregadas por idade e sexo. As seções que integram o estudo, de igual maneira, sinalizam que, nas próximas décadas os municípios comparados, assim como o País, estarão se beneficiando de uma rara janela de oportunidade demográfica, bem como também poderão ser pressionados por intensos fluxos migratórios seletivos por idade e sexo, em busca de emprego e educação nos municípios polos. Deve-se, portanto, implementar e fortalecer as políticas públicas inclusivas da população jovem e adulta nos sistemas de educação média e superior, bem como impulsionar ações que dinamizem o mercado de trabalho formal para uma situação de pleno emprego e com melhores salários, garantindo renda que retire da pobreza o expressivo contingente populacional em idades ativas, ou que já se aproximam das mesmas, possibilitando que o País, como um todo, se beneficie de um bônus demográfico somente atingível ao longo deste Século XXI.

O **Volume 2** propõe uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) e seu componente, o Valor Adicionado Bruto (VAB), com vistas a proporcionar uma apreensão da dinâmica produtiva nos municípios selecionados, ao longo do período 2002-2015. A escolha do período em questão se deu por razões metodológicas que são devidamente explicitadas na introdução do referido trabalho. De um modo geral, pode-se afirmar que o produto cresceu de forma célere e significativa nos anos 2000, e também nos anos iniciais da segunda década (2010, 2011 e 2012). Verificou-se, por meio dos dados trabalhados, que esse crescimento econômico que se observa na economia brasileira foi reproduzido, em maior ou menor grau, no âmbito dos municípios selecionados. A dinâmica de crescimento produtiva dos municípios foi acompanhada de um processo relevante de redução das desigualdades econômicas, por meio da diminuição da concentração da renda, até o momento final considerado na

análise. Em termos setoriais, observou-se que historicamente os municípios selecionados têm suas raízes tipicamente assentadas sob a atividade agropecuária, e que hoje, apesar da importância deste setor em associação com a indústria, sua participação no valor adicionado é a menor. Chama-se atenção para a importância inequívoca do setor de serviços, sendo este o que apresentou maior participação no VAB em todos os municípios selecionados, e tendo sido também o que evidenciou uma trajetória relativamente mais estável ao longo do período, com menores incidências de retrações.

O **Volume 3** apresenta uma caracterização dos seis municípios selecionados no que tange à dinâmica do mercado de trabalho formal e à distribuição dos estabelecimentos empregadores formais, utilizando as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse volume está dividido em duas seções. Na primeira seção, intitulada “A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Brasil e nos Municípios Selecionados”, são analisados os dados de estoque de emprego (vínculos ativos em 31/12) de modo geral, comparando-se as informações municipais com as do Brasil e com as dos estados de origem dos municípios estudados, no período 2000 a 2016. De forma mais detalhada, são evidenciados os vínculos empregatícios segundo os setores de atividade econômica, o tipo de vínculo ativo e o tamanho dos estabelecimentos. A variação do estoque de emprego formal no País e nos municípios selecionados demonstra que a evolução do número de postos de trabalho teve ritmos diferenciados durante o período analisado e que, a partir de 2010, encerra-se o período de vigor, e o mercado de trabalho passa a apresentar sinais claros de desaceleração do crescimento do emprego formal, culminando com o aprofundamento da crise, em todos os municípios. No âmbito setorial, ainda que o ritmo de crescimento diferenciado seja comum na maioria dos setores, os números evidenciam que o setor serviços e o comércio se destacam, em todos os anos analisados, com as maiores participações relativas no total das ocupações geradas. Com preponderância dos vínculos celetistas e estatutários, embora sejam crescentes os vínculos tidos como avulsos, temporários e aprendizes, os empregados formais se concentram, em sua maior parte, nos estabelecimentos de menor porte (até 99 empregados), destacando-se, no entanto, um aumento do número de empregados ligados às empresas de maior porte relativamente às demais no período considerado.

A segunda seção do Volume 3 – “Estabelecimentos Empregadores Formais nos Municípios Selecionados” – tem o objetivo de verificar como se encontra a distribuição do quantitativo de estabelecimentos formais nos seis municípios em estudo, segundo os setores e subsetores de atividade econômica e tamanho dos estabelecimentos, no período 2000 a 2016. No quadro geral da variação do número de estabelecimentos verifica-se que as mudanças na dinâmica da atividade econômica do País impactaram de forma diferenciada cada município – enquanto alguns iniciaram os anos 2000 com taxas de crescimento anuais mais elevadas, outros registraram taxas mais modestas. Contudo, foi comum, em quase todos os municípios, a manifestação de ritmo mais acelerado de crescimento entre os anos 2007 e 2010, seguindo-se uma trajetória de desaceleração a partir de 2011, que culminou na redução no número de estabelecimentos nos anos 2015 e 2016. A distribuição dos estabelecimentos formais segundo os setores e subsetores de atividade econômica mostrou que, em quase todos os

municípios selecionados, os setores que mais concentram as firmas são Comércio e Serviços, abrangendo ampla gama de atividades que acabam por exercer importante polarização sobre os municípios circunvizinhos. No que tange ao tamanho dos estabelecimentos, predominam aqueles com até 19 empregados, o que evidencia a crescente importância dos estabelecimentos menores no âmbito da empregabilidade nos municípios estudados.

O **Volume 4** apresenta um panorama do comércio internacional dos seis municípios selecionados a partir da base de dados Estatísticas de Comércio Exterior da Secretária de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), nos anos de 2000 a 2016. Esses resultados registram o volume das trocas externas dos municípios de Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Ribeirão Preto e Uberlândia, reflexo dos negócios realizados pelas empresas exportadoras e importadoras localizadas nos respectivos municípios. Tais informações ressaltam as diferenças nos perfis das exportações dos municípios selecionados, que variam de commodities agrícolas, predominante nas exportações de Campo Grande, Londrina e Uberlândia, até bens industrializados, que lideram a pauta das exportações de Feira de Santana, Juiz de Fora e Ribeirão Preto. Bem como, identificam os principais produtos importados por esses municípios, cujos resultados predominam os insumos e componentes que se correlacionam com suas respectivas exportações. Ainda, registram-se o comportamento da Balança Comercial dos respectivos municípios, ao longo do período de 2000 a 2016, cujos resultados chamam especial atenção para o município de Juiz de Fora, por apresentar balança deficitária em todos os anos do período analisado, em contra posição aos resultados do município de Uberlândia, que apresenta saldo comercial positivo nestes mesmos anos.

No **Volume 5** é apresentada a evolução dos dados orçamentários a partir de dados do “FINBRA - Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios - STN”, no período de 2000 a 2015, para a média de todos os municípios do País e para os municípios selecionados. Diante da multiplicidade de subcontas que compõem os orçamentos públicos, por simplificação, foram selecionadas as mais representativas e importantes nos orçamentos dos municípios, com o intuito de verificar o comprometimento dos municípios com os principais grupos de despesas, assim como as principais fontes de financiamento através das receitas. Assim como os demais volumes do trabalho o período analisado compreende os anos de 2000 a 2015. Período este marcado por grandes transformações na economia nacional, quando os dados financeiros municipais públicos captam essas transformações, seja nos momentos de aumento dos recursos e, por conseguinte das despesas, sugerindo momentos de expansão de bens e serviços à sociedade, seja nos momentos de retração, quando as despesas tendem também a acompanhar as restrições. De forma geral, ao longo do período analisado nota-se que todos os municípios selecionados apresentam aumentos da Receita Orçamentária

Realizada e das Despesas Orçamentárias Empenhadas, bem como a média dos municípios do país, em valores reais (ajustados pelo IPCA).

O **Volume 6** foi elaborado para subsidiar as comparações entre os municípios brasileiros de Campo Grande (MS), Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Ribeirão Preto (SP) e Uberlândia (MG), grupo formado por municípios com mais de 500 mil habitantes e que sofreram nos últimos anos redução em suas receitas per capita. Além da redução das receitas por habitante, esses seis municípios compartilham ainda o fato de serem polos regionais e neles residirem uma população vulnerável socialmente, dependente, portanto, da prestação de serviços destas prefeituras. Como no Volume 5, “Finanças Públicas Municipais – Análises Comparativas”, nesta parte do relatório fez-se a deflação dos dados referentes às receitas e despesas públicas dos municípios para o período compreendido entre 2000 e 2015, a partir do Índice de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia (IPCA/IBGE) . Em seguida, a partir da estatística descritiva, analisa-se tais informações, observando a evolução das contas públicas dos municípios, ao longo do período.

As análises apresentadas em todos os volumes, de forma geral, têm em comum o olhar para os municípios, a partir dos diferentes aspectos alcançados pelos dados selecionados. Assim, considera-se este trabalho como a conclusão da primeira etapa de retomada de contato de uma série de variáveis municipais que o Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) tem trabalhado em diferentes momentos de sua história, cumprindo seu principal objetivo, qual seja de compreender a realidade dos municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto-Paranaíba (TMAP) com destaque para o município de Uberlândia.

## Sumário

A dinâmica produtiva dos municípios de média concentração: uma análise para municípios selecionados.....	8
1. Panorama geral do Produto Interno Bruto dos municípios selecionados.....	10
2. Análise da dinâmica setorial produtiva dos municípios selecionados.....	22
2.1 Dinâmica setorial produtiva do município de Campo Grande - MS.....	24
2.2 Dinâmica setorial produtiva do município de Feira de Santana - BA.....	32
2.3 Dinâmica setorial produtiva do município de Juiz de Fora - MG.....	39
2.4 Dinâmica setorial produtiva do município de Londrina - PR.....	45
2.5 Dinâmica setorial produtiva do município de Ribeirão Preto - SP.....	51
2.6 Dinâmica setorial produtiva do município de Uberlândia - MG.....	58
2.7 Dinâmica setorial dos municípios selecionados: uma síntese.....	66
3. Considerações finais.....	70
Referências Bibliográficas.....	72

## **A dinâmica produtiva dos municípios de média concentração: uma análise para municípios selecionados**

*Alanna Santos de Oliveira<sup>1</sup>*

A primeira década dos anos 2000 pode ser caracterizada como um período de célere crescimento econômico, de redução do desemprego e da volatilidade do investimento, bem como de diminuição da concentração da renda no país (Amitrano, 2014; Bresser-Pereira, 2012; Curado, 2011; Dedecca *et al*, 2014; Fonseca *et al*, 2013; Serrano e Suma, 2011). Não é objeto desse estudo analisar os condicionantes dessas transformações, se provenientes de políticas públicas, se relacionados a fatores conjunturais externos, se ligados a estímulos do tipo “*wage-led*” ou “*profit-led*”, ou quaisquer outras discussões do tipo, embora se reconheça a relevância de investigações dessa natureza. O objetivo desta seção, no entanto, é apresentar a trajetória e dinâmica do produto para alguns municípios brasileiros de média concentração ao longo dos anos 2000.

Como se sabe, nem sempre o retrato econômico percebido para o cenário nacional se reproduz no âmbito de unidades territoriais menores e, tendo em vista a existência inequívoca de desigualdades regionais em um país de amplas dimensões como o Brasil, o foco, aqui, se deu sobre municípios portadores de relativa identidade comum, circunscrevendo-se, outrossim, especialmente aos de média concentração<sup>2</sup>. Desse modo, buscou-se compreender aspectos da dinâmica produtiva desses municípios, estabelecendo relação com os elementos setoriais que permeiam a conformação do produto, bem como promovendo uma análise comparativa entre eles sempre que possível.

A variável fundamental foi o Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, embora outras também tenham sido levantadas, a fim de subsidiar a análise (como o Valor Adicionado Bruto, que se trata de um componente do PIB). Essas variáveis são produzidas e disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em nível municipal, têm como último ano disponível, até o momento de elaboração deste trabalho, o ano 2015. As informações, relativas ao PIB e ao VAB podem ser obtidas por meio do Sistema de Recuperação Automática do IBGE (SIDRA)<sup>3</sup>. O recorte temporal definido para este trabalho foi o período 2002-2015, em função da disponibilidade e comparabilidade dos dados, incorporando as adequações metodológicas que têm o ano 2010 como referência no sistema de contas nacionais.

<sup>1</sup>Pesquisadora do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>2</sup>A classificação utilizada foi a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas.

<sup>3</sup> <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>

Segundo o IBGE (2015, p.20), em sua Nota Metodológica nº02, o Produto Interno Bruto pode assim ser definido:

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de consumidor mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades residentes que tem como destino um uso final (exclui consumo intermediário). Ele é, portanto, igual à soma dos valores adicionados pelos diversos setores ao longo do processo produtivo, acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (pois esses impostos compõem o preço de consumidor).

Já o Valor Adicionado Bruto refere-se ao valor que as distintas atividades acrescentam aos bens e serviços consumidos no processo produtivo, representando uma contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas. O VAB resulta da diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades, e é calculado a preços básicos, excluindo, portanto, impostos e custos de transportes, faturados separadamente, bem como incluindo os subsídios.

A análise foi dividida em três seções, além desta breve contextualização: na primeira é apresentado um panorama geral do Produto Interno Bruto nos municípios selecionados, evidenciando tanto sua evolução em termos absolutos, como também em números relativos; na segunda, o estudo está dividido em subseções, de modo que cada uma delas contemple cada município separadamente, e tendo como foco a análise do Valor Adicionado por tipo de atividade; e, por fim, são tecidas as considerações finais do trabalho. Espera-se que este estudo possa contribuir para a apreensão da dinâmica econômica dos municípios selecionados, a despeito de suas naturais limitações.

## 1. Panorama geral do Produto Interno Bruto dos municípios selecionados

Os municípios de média concentração selecionados neste trabalho possuem notada relevância no cenário econômico nacional, conforme atesta o exame da dinâmica produtiva que exibem. Em 2015, 100 municípios responderam por aproximadamente 57% do PIB nacional, dentre eles os seis selecionados, na seguinte ordem em termos de participação relativa: Uberlândia (22°), Ribeirão Preto (24°), Campo Grande (31°), Londrina (47°), Juiz de Fora (58°), e Feira de Santana (72°). Comparando a posição relativa dos referidos municípios em 2015 com a que apresentaram no início da presente década em que se inscreve este trabalho, ou seja, no ano de 2010, pode-se notar que todos ascenderam no referido *ranking*:

**Tabela 1** - Posição dos municípios no Produto Interno Bruto do Brasil nos anos 2010 e 2015

Municípios	2010			2015		
	Posição	PIB (preços correntes, R\$1.000)	Participação (%)	Posição	PIB (preços correntes, R\$1.000)	Participação (%)
São Paulo/SP	1°	443.600.102	11,77	1°	650 544 789	10,85
Rio de Janeiro/RJ	2°	190.249.043	5,05	2°	320 774 459	5,35
Brasília/DF	3°	149.906.319	3,98	3°	215 613 025	3,60
...	...	...	...	...	...	...
Uberlândia/MG	26°	18.286.904	0,49	22°	29 549 558	0,49
Ribeirão Preto/SP	30°	17.004.019	0,45	24°	27 809 706	0,46
Campo Grande/MS	36°	13.875.046	0,37	31°	24 257 415	0,40
Londrina/PR	53°	9.936.563	0,26	47°	17 756 527	0,30
Juiz de Fora/MG	67°	8.314.431	0,22	58°	14 431 962	0,24
Feira de Santana/BA	73°	7.433.139	0,2	72°	11 961 846	0,20

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Quando a década anterior é incluída na análise da contribuição dos municípios ao produto nacional – e, para tanto, utiliza-se da série metodologicamente comparável disponibilizada pelo IBGE, 2002-2015 – é possível verificar que, se confrontada a participação relativa dos seis selecionados em 2002 (ano inicial da série) e em 2015 (ano final), apenas Campo Grande, Feira de Santana e Uberlândia registraram incremento desta, ao passo que Londrina manteve a mesma, enquanto Juiz de Fora e Ribeirão Preto exibiram redução. Por outro lado, comparando-se as participações relativas dos anos 2010 e 2015, Campo Grande, Feira de Santana, Juiz de Fora e Londrina apresentaram elevação; ao passo que Uberlândia manteve a mesma; e Juiz de Fora evidenciou decréscimo. Também cabe mencionar que, inicialmente, Ribeirão Preto apresenta a maior participação no produto

nacional entre eles. A partir de 2010 passa a ser predominantemente Uberlândia. Na Tabela 2 são exibidos os dados de participação relativa:

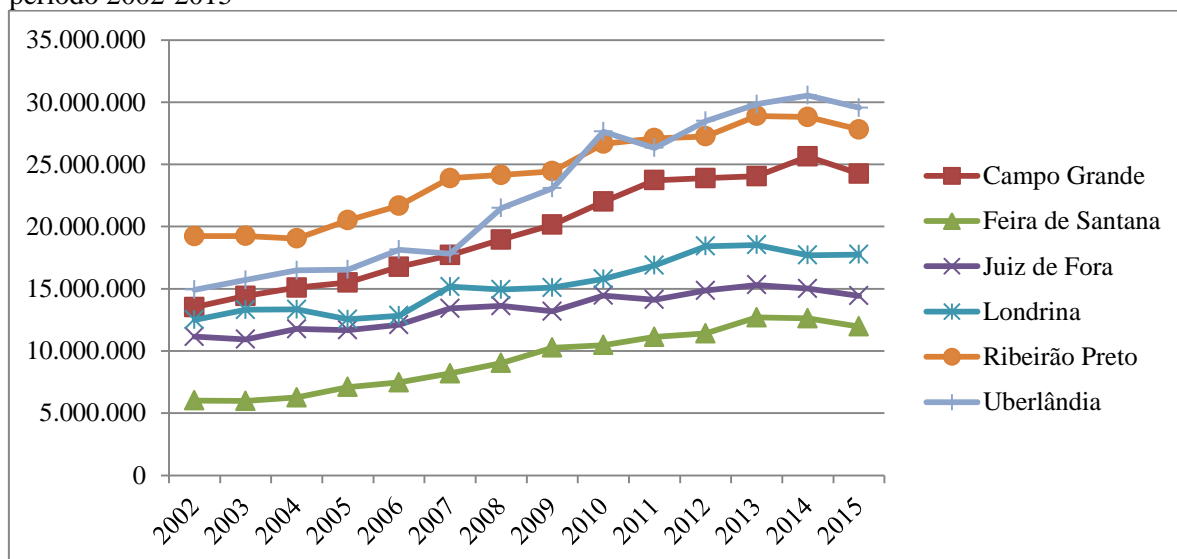
**Tabela 2** – Participação dos municípios selecionados no PIB nacional – período 2002-2015 (%)

Ano	Campo Grande (MS)	Feira de Santana (BA)	Juiz de Fora (MG)	Londrina (PR)	Ribeirão Preto (SP)	Uberlândia (MG)
2002	0,33	0,15	0,27	0,3	0,47	0,36
2003	0,35	0,14	0,26	0,32	0,46	0,38
2004	0,34	0,14	0,27	0,3	0,43	0,37
2005	0,34	0,16	0,26	0,28	0,45	0,36
2006	0,35	0,16	0,26	0,27	0,46	0,38
2007	0,35	0,16	0,27	0,3	0,48	0,35
2008	0,36	0,17	0,26	0,28	0,46	0,41
2009	0,38	0,19	0,25	0,29	0,46	0,44
2010	0,39	0,18	0,26	0,28	0,47	0,49
2011	0,4	0,19	0,24	0,29	0,46	0,45
2012	0,4	0,19	0,25	0,31	0,45	0,47
2013	0,39	0,21	0,25	0,3	0,47	0,48
2014	0,41	0,2	0,24	0,27	0,49	0,49
2015	0,40	0,2	0,24	0,30	0,46	0,49

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A seguir, o Gráfico 1 apresenta a trajetória do PIB (a preços constantes de 2015) para os municípios selecionados no período 2002-2015, indicando como o produto interno evoluiu em números absolutos ao longo do interregno. Ressalta-se que a atualização dos valores foi realizada por meio da utilização do deflator implícito calculado pelo IBGE.

**Gráfico 1** - Evolução do PIB (R\$ 1.000), a preços constantes de 2015, nos municípios selecionados no período 2002-2015



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A partir de uma classificação ascendente quanto ao valor do produto, verifica-se por meio do Gráfico 1, que os municípios podem ser colocados na seguinte ordem (com base na maior parte do período analisado): Feira de Santana, Juiz de Fora, Londrina, Campo Grande, Uberlândia, e Ribeirão Preto. Deve-se ressaltar que o produto de Uberlândia ultrapassa o do município de Ribeirão a partir de 2010 (com exceção do ano 2011). Também fica claro, a partir do referido gráfico, que os municípios apresentaram uma trajetória substancialmente ascendente para o PIB no período analisado. Alguns com maior intensidade, conforme denota a inclinação das linhas gráficas, e como parece ser o caso de Feira de Santana, Uberlândia e Campo Grande. Juiz de Fora, por sua vez, exibe inclinação mais horizontal, denotando um menor incremento de seu produto no período considerado, relativamente aos demais.

Visando aprofundar essas observações, pode-se analisar a Tabela 3 que está colocada a seguir, a qual apresenta tanto a evolução do PIB a preços constantes de 2015, em termos absolutos, quanto sua variação percentual anual (iniciando-se em 2003, relativamente ao ano anterior). Com base somente nela é difícil identificar uma tendência clara e comum aos municípios selecionados no período analisado, pois cada qual apresenta especificidades relativas à dinâmica econômica regional em que se insere.

Todavia, o que é possível verificar é que especificamente nos anos 2006, 2010, 2012 e 2013, todos os municípios apresentaram incremento do PIB relativamente ao ano anterior. Adicionalmente, nota-se que todos os municípios evidenciaram ao menos uma retração no produto ao longo do interregno selecionado. Entretanto, a ocorrência de variações positivas no PIB foi, em geral, bastante superior à ocorrência de variações negativas, denotando um período marcado por relevante crescimento da atividade produtiva nos municípios em questão. O ano de 2015, todavia, evidencia o início do quadro de retração generalizada em face da crise econômica e política que se instaura no país.

Em suma, no período 2002-2015, foram registradas as seguintes variações anuais que implicaram em retração do Produto Interno Bruto (a preços constantes de 2015, com atualização pelo deflator implícito): 1) no caso de Campo Grande, apenas em 2015; 2) em Feira de Santana, 2003, 2014 e 2015; 3) em Juiz de Fora, 2003, 2005, 2009, 2011, 2014 e 2015 (colocando-se como o município que exibiu maior número de variações negativas); 4) em Londrina, 2005, 2008 e 2014; 5) em Ribeirão Preto, 2004, 2014 e 2015; 6) e em Uberlândia, 2007, 2011 e 2015. Como se pode notar, apenas Londrina não exibiu decréscimo no PIB no último ano analisado, muito embora a variação apresentada em relação ao ano anterior tenha sido aproximadamente nula.

**Tabela 3 – Evolução do PIB (a preços constantes de 2015) nos municípios selecionados no período 2002-2015**

PIB (mil R\$) - a preços constantes de 2015														
Município	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Campo Grande (MS)	13.518.809	14.424.868	15.085.589	15.496.621	16.761.878	17.703.240	18.951.389	20.147.986	22.002.470	23.718.866	23.892.604	24.047.908	25.625.559	24.257.415
Feira de Santana (BA)	6.016.441	5.979.325	6.260.117	7.100.514	7.474.112	8.191.747	9.035.107	10.262.005	10.469.508	11.132.250	11.409.438	12.702.613	12.614.463	11.961.846
Juiz de Fora (MG)	11.152.027	10.939.672	11.764.794	11.678.014	12.108.179	13.412.196	13.628.224	13.183.616	14.454.111	14.121.959	14.860.929	15.309.270	15.011.611	14.431.962
Londrina (PR)	12.497.158	13.315.335	13.337.388	12.540.837	12.835.842	15.163.489	14.937.084	15.089.359	15.781.726	16.873.201	18.418.832	18.528.664	17.700.885	17.756.527
Ribeirão Preto (SP)	19.233.566	19.247.966	19.045.052	20.507.916	21.676.281	23.891.753	24.143.294	24.449.917	26.656.540	27.095.727	27.255.089	28.892.577	28.812.536	27.809.706
Uberlândia (MG)	14.920.684	15.704.391	16.479.070	16.544.485	18.137.439	17.816.633	21.490.828	23.085.872	27.633.123	26.322.225	28.480.910	29.835.252	30.539.045	29.549.558
Variação do PIB (% a.a)														
Município	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Campo Grande (MS)	-	6,70%	4,58%	2,72%	8,16%	5,62%	7,05%	6,31%	9,20%	7,80%	0,73%	0,65%	6,56%	-5,34%
Feira de Santana (BA)	-	-0,62%	4,70%	13,42%	5,26%	9,60%	10,30%	13,58%	2,02%	6,33%	2,49%	11,33%	-0,69%	-5,17%
Juiz de Fora (MG)	-	-1,90%	7,54%	-0,74%	3,68%	10,77%	1,61%	-3,26%	9,64%	-2,30%	5,23%	3,02%	-1,94%	-3,86%
Londrina (PR)	-	6,55%	0,17%	-5,97%	2,35%	18,13%	-1,49%	1,02%	4,59%	6,92%	9,16%	0,60%	-4,47%	0,31%
Ribeirão Preto (SP)	-	0,07%	-1,05%	7,68%	5,70%	10,22%	1,05%	1,27%	9,03%	1,65%	0,59%	6,01%	-0,28%	-3,48%
Uberlândia (MG)	-	5,25%	4,93%	0,40%	9,63%	-1,77%	20,62%	7,42%	19,70%	-4,74%	8,20%	4,76%	2,36%	-3,24%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Ainda com o intuito de lançar luzes sobre o comportamento do PIB nos municípios selecionados, a Tabela 4 evidencia **a média das variações percentuais anuais** do produto e **a variação percentual entre anos selecionados**. Para esta última, foram comparados: 1) ano inicial e final da série trabalhada, 2) ano inicial e final compreendidos pela década anterior, 3) e ano inicial e final referentes à década contemporânea à realização deste trabalho. As médias das variações anuais também foram realizadas levando em conta três períodos específicos: 2002-2015; 2002-2009 e 2010-2015.

**Tabela 4** – Variações do PIB dos municípios selecionados no âmbito da série 2002-2015

<b>Média das variações percentuais anuais (%)</b>			
Município	2002-2015	2002-2009	2010-2015
Campo Grande (MS)	4,67	5,88	3,27
Feira de Santana (BA)	5,58	8,03	2,72
Juiz de Fora (MG)	2,11	2,53	1,63
Londrina (PR)	2,91	2,96	2,85
Ribeirão Preto (SP)	2,96	3,56	2,25
Uberlândia (MG)	5,65	6,64	4,50
<b>Variação entre anos selecionados (%)</b>			
Município	2002/2015	2002/2009	2010/2015
Campo Grande (MS)	79,43	49,04	10,25
Feira de Santana (BA)	98,82	70,57	14,25
Juiz de Fora (MG)	29,41	18,22	-0,15
Londrina (PR)	42,08	20,74	12,51
Ribeirão Preto (SP)	44,59	27,12	4,33
Uberlândia (MG)	98,04	54,72	6,94

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

As médias das variações percentuais anuais do PIB foram maiores no período 2002-2009 do que no interregno 2010-2015. Considerando toda a série, 2002-2015, o município de Uberlândia exibiu a maior média das variações, seguido de perto por Feira de Santana e, na sequência, por Campo Grande, Ribeirão Preto, Londrina, e Juiz de Fora. Já no interregno 2002-2009, Feira de Santana registrou a maior média, seguido por Uberlândia, e pelos demais municípios na mesma ordem mencionada em relação ao período anterior. Por fim, no intervalo 2010-2015, o município de Uberlândia apresentou média mais elevada, seguido por Campo Grande, Londrina, Feira de Santana, Ribeirão Preto, e Juiz de Fora.

A partir da variação do produto entre anos selecionados percebe-se que entre os anos 2002 e 2015, a ordem dos municípios quanto ao incremento do PIB se dá, de modo

descendente, por: Feira de Santana, Uberlândia, Campo Grande, Ribeirão Preto, Londrina e Juiz de Fora. Entre os anos 2002 e 2009, esta mesma classificação se mantém; e entre 2010 e 2015, a maior variação verificada é registrada por Feira de Santana, em seguida por Londrina, Campo Grande, Uberlândia, Ribeirão Preto, e Juiz de Fora.

Outra forma de compreender a variação do produto é por meio da taxa média geométrica de crescimento anual. O cálculo dessa taxa leva em consideração ano inicial e ano final do interregno sob análise, e o número de anos existente entre eles, fazendo-se uma média geométrica para obtenção de uma taxa que expressa uma variação anual. A Tabela 5 evidencia as médias geométricas nos períodos 2002-2015, 2002-2009, e 2010-2015. Os resultados convergem com aqueles referentes à variação entre anos selecionados (entre 2002 e 2015; 2002 e 2009; e 2010 e 2015), a qual foi apresentada na tabela anterior.

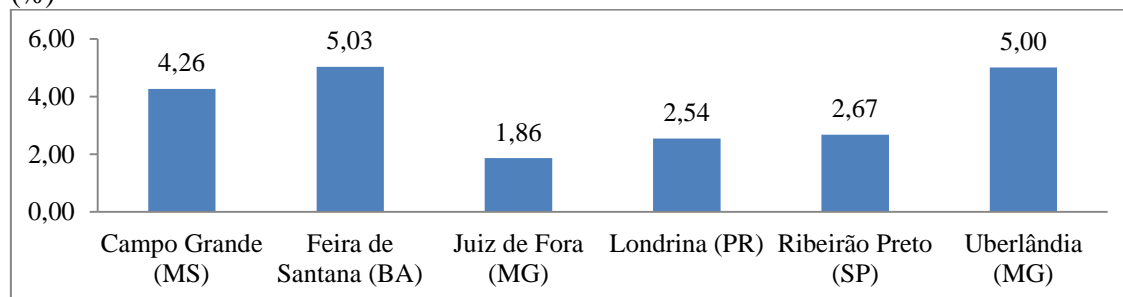
**Tabela 5** – Taxa Média Geométrica de Crescimento anual do PIB dos municípios selecionados no âmbito da série 2002-2015 (%)

Município	2002-2015	2002-2009	2010-2015
Campo Grande (MS)	4,26	5,11	1,64
Feira de Santana (BA)	5,03	6,9	2,25
Juiz de Fora (MG)	1,86	2,11	-0,03
Londrina (PR)	2,54	2,38	1,98
Ribeirão Preto (SP)	2,67	3,05	0,71
Uberlândia (MG)	5,00	5,61	1,12

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento geométrica do PIB dos municípios selecionados no interregno 2002-2015. Nele destacam-se Feira de Santana, com a maior média, e Juiz de Fora com a menor. A taxa de crescimento do primeiro (5,03%) foi quase três vezes maior que a deste último (1,86%).

**Gráfico 2** -Taxa geométrica de crescimento do PIB dos municípios selecionados – 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Outro dado referente ao produto que é exibido a seguir se refere ao PIB *per capita*, também disponibilizado pelo IBGE, em série comparável para o período 2010-2015. Verifica-se que, entre os municípios selecionados, Feira de Santana apresentou o menor PIB *per capita* em todos os anos do referido interregno, ao passo que Ribeirão Preto e Uberlândia evidenciaram os maiores valores, sendo que o primeiro foi o maior em 2011, e o segundo, nos demais anos do período. A Tabela 6 apresenta essas informações:

**Tabela 6** – Produto Interno Bruto *per capita* (R\$ 1,00), a preços constantes de 2015\*

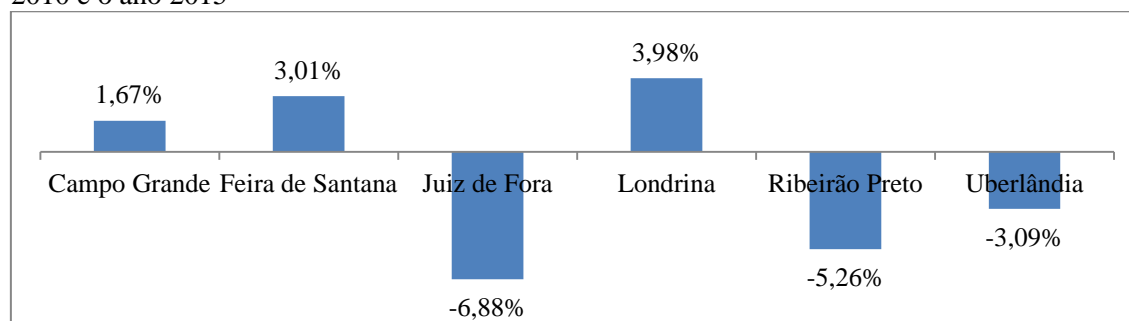
Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Campo Grande	27.950,15	29.788,14	29.665,62	28.891,51	30.393,73	28.417,05
Feira de Santana	18.804,49	19.791,86	20.083,54	20.956,60	20.611,86	19.370,53
Juiz de Fora	27.910,59	27.115,33	28.294,41	28.041,93	27.258,65	25.990,24
Londrina	31.149,47	33.001,94	35.715,69	34.467,70	32.598,13	32.387,71
Ribeirão Preto	44.052,10	44.249,48	43.977,83	44.480,50	43.784,12	41.736,07
Uberlândia	46.033,34	43.016,92	45.971,36	46.136,54	46.647,21	44.612,40

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

\*A atualização dos valores foi feita com a utilização do deflator implícito, utilizando como ano base 2015.

Entre o ano 2010, que marca o início da série apresentada, e o ano 2015, que registra seu fim, é possível verificar que o PIB *per capita* de três municípios registram decréscimo: Juiz de Fora, Ribeirão Preto, e Uberlândia. Os demais municípios evidenciam um incremento, tendo sido o maior deles em Londrina, conforme mostra o Gráfico 3.

**Gráfico 3** – Variação Percentual do PIB *per capita* dos municípios selecionados entre o ano 2010 e o ano 2015

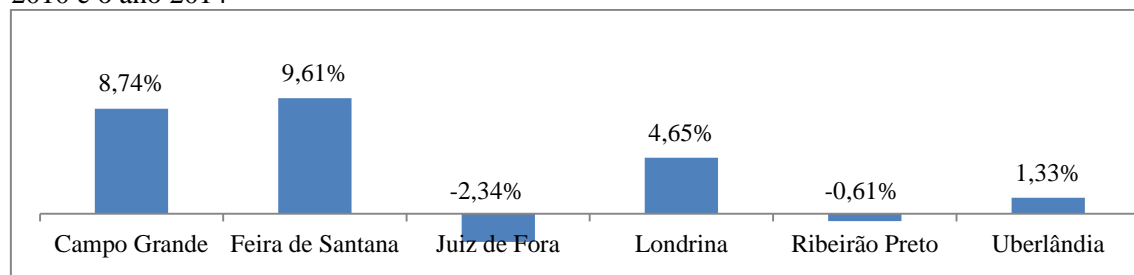


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

É importante levarmos em consideração que a utilização do ano de 2015 como parâmetro de comparação para a variação do PIB *per capita* revela um resultado bem menos favorável do que quando adotado 2014 como ano final para análise. Isso porque,

conforme já mencionamos o ano de 2015 marca o início da retração generalizada do produto e, por conseguinte, de diversos indicadores econômicos e sociais, tendo em vista a crise que o país passa, então, a enfrentar. O Gráfico 4 apresenta a variação do PIB *per capita* entre o registrado em 2010 vis-à-vis 2014, e por meio dele é possível notar que o resultado é positivo em quase todos os municípios e, mesmo quando negativo, de intensidade menor que no gráfico anterior.

**Gráfico 4** – Variação Percentual do PIB per capita dos municípios selecionados entre o ano 2010 e o ano 2014



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Como é de conhecimento de muitos, o PIB *per capita* é, muitas vezes, tomado como uma medida de bem-estar e desenvolvimento econômico em uma sociedade, tanto que em diversos modelos quantitativos voltados à apreensão dos fatores que explicam o desenvolvimento, essa variável é considerada *proxy*. Contudo, também são várias as críticas à adoção da ideia de que o PIB *per capita* traduziria o nível de desenvolvimento econômico-social de uma localidade, especialmente em função de sua inabilidade para evidenciar a concentração da renda, um aspecto *si ne qua non* para a análise desenvolvimentista.

Isto posto, entende-se que é relevante apresentar algumas variáveis adicionais para compreensão da dinâmica distributiva da renda conformada em um território, corroborando para esta análise acerca da trajetória dinâmica econômica dos municípios. No entanto, não se pretende com isso realizar uma análise tão minuciosa como o tema permite, visto que o objetivo central com este trabalho, conforme apontado no início refere-se à apreensão da questão produtiva em torno, especialmente, de seus aspectos setoriais. Contudo, considera-se prudente acrescentar esses dados em face da exibição do PIB *per capita* dos municípios.

A Tabela 7 mostra dados oriundos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas (PNUD) no país, e são extraídos das informações dos Censos Demográficos do IBGE. As informações selecionadas dizem

respeito aos anos 2000 e 2010, tendo em vista a natureza censitária dos dados, e referem-se a: renda per capita; percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres; Índice de Theil – L; Índice de Gini; e percentual de extremamente pobres.

**Tabela 7** – Dados relativos à distribuição da renda no Brasil e nos municípios selecionados, em 2000 e 2010

Variável	Brasil	Campo Grande (MS)	Feira de Santana (BA)	Juiz de Fora (MG)	Londrina (PR)	Ribeirão Preto (SP)	Uberlândia (MG)
<b>2000</b>							
Renda per capita (R\$*)	592,46	782,39	412,85	828,93	868,8	1.070,28	768,83
% apropriada pelos 20% mais pobres	1,84	2,84	2,34	3,09	3,12	3,29	3,6
Índice de Theil - L	0,76	0,67	0,67	0,59	0,59	0,56	0,55
Índice de Gini	0,64	0,6	0,61	0,57	0,57	0,56	0,56
% de extremamente pobres	12,48	3,02	14,74	2,31	2,14	1,52	1,71
<b>2010</b>							
Renda per capita (R\$*)	793,87	1.089,37	662,24	1.050,88	1.083,35	1.314,04	1.001,45
% apropriada pelos 20% mais pobres	2,41	3,49	3	3,51	4,14	3,86	4,54
Índice de Theil - L	0,68	0,57	0,66	0,56	0,47	0,51	0,43
Índice de Gini	0,6	0,56	0,6	0,56	0,51	0,54	0,5
% de extremamente pobres	6,62	0,99	5,38	0,88	0,74	0,61	0,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Elaboração CEPES/IERI/UFU.

\*Em reais de agosto de 2010.

A renda *per capita* provém da razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes, e o número total desses indivíduos. Como é possível ver, tanto em 2000, quanto em 2010, o município de Feira de Santana foi o único entre os selecionados cuja renda *per capita* foi inferior à registrada pelo país. Em 2000 seu valor era de aproximadamente R\$413,00 e, em 2010, passou a R\$ 662,00, ou seja, um aumento de cerca de 60%, o maior incremento entre os dois anos dentre todos os apresentados na tabela, mas, ainda assim, insuficiente para superar a renda *per capita* em âmbito nacional.

A maior renda *per capita* em 2000 foi a do município de Ribeirão, a qual se apresentou consideravelmente superior à dos demais, em seguida, a de Londrina, Juiz de Fora, Campo Grande, e, por fim, de Uberlândia, a qual foi superior apenas à de Feira de Santana (a menor entre elas, como já destacado), embora maior que a do país. Em 2010, Ribeirão permanece como município com maior renda *per capita*, mas, em seguida, é Campo Grande que toma a segunda posição, depois, Londrina, Juiz de Fora, Uberlândia, e Feira de Santana.

A segunda variável exibida na Tabela 7 diz respeito ao percentual da renda total apropriada pelos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição dos indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes, assim como no caso da renda *per capita*. Essa variável fornece indicativos quanto às condições de distribuição da renda no local em análise.

Como se pode ver, em 2000, o município de Uberlândia foi o que apresentou maior percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres (3,6%), e este número foi bastante superior ao registrado em nível nacional (1,84%). Em seguida, os percentuais dos municípios se apresentaram na seguinte ordem decrescente: Ribeirão Preto; Londrina; Juiz de Fora; Campo Grande e Feira de Santana. Em 2010, notamos que novamente o município de Uberlândia apresenta o maior percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres, seguido de: Londrina; Ribeirão Preto; Juiz de Fora; Campo Grande e Feira de Santana.

Também é possível notar que todos os municípios, assim como o país, evidenciaram um incremento no percentual da renda em mãos dos 20% mais pobres, o que nitidamente corrobora o processo de redução das desigualdades por que passou o Brasil ao longo dos anos 2000 e que, seguramente, tem sido revertido desde a crise política que tem início no segundo Governo Dilma, e que culmina em seu processo de *impeachment* em 2015. Vários fatores concorreram para o processo de desconcentração da renda que o país ousava experimentar, entre eles, decididamente encontram-se: a política de valorização do salário mínimo, as políticas de cunho assistencialista com caráter fomentador do consumo (como o “Bolsa Família”) e os programas de habitação voltados para as classes de mais baixa renda.

Os Índices de Gini e de Theil, bem como o percentual de extremamente pobres confirmam esse processo de desconcentração da renda que ocorria no país, e ao qual se fez referência no parágrafo anterior, sugerindo a eficácia das medidas tomadas, muito embora, a desconstrução de seus efeitos possa ser realizada com relativa celeridade, enquanto não se transformarem essas medidas em “políticas de Estado”.

O Índice de Theil – L mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, e trata-se de um logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica da renda domiciliar *per capita*, sendo que, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade de renda existente. De modo relativamente

parecido, o Índice de Gini capta o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, e seu valor varia entre 0 e 1, sendo que, novamente, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade, e, quanto mais próximo de 1, maior será esta.

Outra vez, portanto, observa-se a redução das desigualdades de renda nos municípios selecionados, tal como no país, haja vista a queda nos índices de 2010 relativamente a 2000. Uberlândia é o município que apresenta os menores índices em ambos os casos, o que mostra, por meio deles, a menor desigualdade de renda entre os indivíduos, em ambos os anos analisados. Por outro lado, Feira de Santana apresenta os maiores índices em 2000 e 2010. Em todos os casos, os índices para o Brasil foram maiores que para os municípios selecionados, evidenciando, por conseguinte, uma situação relativamente melhor nestes últimos.

O percentual de extremamente pobres refere-se à proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais (calculados em reais de agosto de 2010), sendo que novamente o universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. A queda neste número é bastante impressionante, como mostram os dados da Tabela 7. O menor percentual de extremamente pobres foi evidenciado por Ribeirão Preto, tanto em 2000, quanto em 2010, sendo que no primeiro ano, ele era de 1,5% e, no segundo, passa a 0,6%. O mais elevado é o de Feira de Santana, em ambos os anos, sendo que no primeiro o percentual excedia ao do país e, em 2010, passa a ser inferior. Dos seis municípios selecionados, todos eles, com exceção de Feira de Santana, passaram a exibir um percentual de extremamente pobres inferior a 1% no ano de 2010, o que não ocorria a nenhum deles no ano 2000.

Enfim, essas informações foram trazidas nesta seção para contribuir para o entendimento do comportamento distributivo da renda que acompanhou a dinâmica produtiva dos municípios no período selecionado. Em suma, pode-se destacar a predominância de um processo de redução das disparidades, e que, em geral, foi mais acentuado do que no país, denotando, por conseguinte, que a dinâmica de crescimento produtivo observada (mais elevada em alguns municípios que em outros) correspondeu um curso de repartição desse progresso econômico entre seus membros.

Ainda assim, deve-se ressaltar que a dinâmica econômica de Feira de Santana, traduzida por impressionantes taxas de crescimento do produto no interregno 2002-2015, careceu de uma redução mais consonante com estas, no que diz respeito à desigualdade de renda entre seus indivíduos, a fim de que as benesses do incremento produtivo

verificado não permaneçam em benefício de poucos. Por outro lado, o município de Uberlândia parece ter logrado, em boa medida e com destaque, conciliar esse processo de crescimento produtivo com relativa redução da concentração da renda de seus habitantes no período considerado. Em todos os casos, cabe ressaltar que muito ainda há a ser feito nesse sentido, especialmente em face de algumas medidas políticas tomadas recentemente, e que atuam de forma nitidamente contrária ao referido processo.

Por fim, diante das informações expostas, cabe o empreendimento de esforços que permitam explorar alguns dos condicionantes da trajetória do PIB nesses municípios que foram descritos nesta seção. Seguramente há uma série de fatores políticos, históricos, conjunturais, etc, que influenciam na dinâmica do produto dos municípios. O objetivo aqui, em face da complexidade de se apreender com profundidade as variáveis que se ligam à determinação do PIB, é oferecer uma análise do aspecto setorial, visando compreender de que forma as distintas atividades concorrem para o desempenho do produto. Por essa razão, a análise se concentra no Valor Adicionado Bruto e sua distribuição entre as atividades econômicas. A próxima seção está dividida em tópicos para analisar separadamente cada um dos municípios, visando uma melhor apreensão de suas especificidades, explorando, em algum grau, a constituição dinâmica em torno deles e da região em que se inserem.

## 2. Análise da dinâmica setorial produtiva dos municípios selecionados

Nesta seção, pretende-se empreender uma análise da dinâmica setorial produtiva dos municípios, com vistas a compreender a contribuição e relevância das distintas atividades econômicas para conformação do produto local. Para tanto, são apresentadas informações relativas ao Valor Adicionado Bruto (VAB), as quais também são provenientes do IBGE em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Em linhas gerais, o VAB deve ser entendido como o valor agregado pelas distintas atividades econômicas aos bens e serviços consumidos no processo produtivo de uma determinada localidade. A referida variável se assemelha a uma *proxy* de contribuição ao PIB pelos diversos setores, produto da diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. O VAB é calculado a preços básicos, excluindo, por conseguinte, quaisquer impostos e custos de transportes, faturados separadamente, e incluindo subsídios concedidos pelo Governo (Oliveira, 2017).

Deve-se ter em conta que, em relação ao VAB, o IBGE classifica as atividades em quatro categorias: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Administração, Saúde e Educação Públicas, e Seguridade Social (ASES)<sup>4</sup>. A Agropecuária é constituída pela agricultura, pecuária e produção florestal e pesca e aquicultura. Já a indústria é composta por: indústria extrativa mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; e construção civil.

No setor de Serviços estão incluídas as seguintes atividades: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades imobiliárias; atividades profissionais; científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação, saúde, e mercantis; e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

Sempre que se analisa a dinâmica produtiva de uma determinada localidade é natural que se incorra numa discussão de cunho setorial, em geral voltada para a questão

---

<sup>4</sup> Maiores informações acerca da metodologia do Valor Adicionado Bruto dos municípios empreendida pelo IBGE encontram-se disponíveis em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/PIB\\_Municipios/Notas\\_Metodologicas\\_2010/NotaMetodologicaPIB\\_MunicipiosRef2010.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/PIB_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_MunicipiosRef2010.pdf)

da especialização da região investigada. Isso porque, uma vez conhecida a contribuição das distintas atividades econômicas ao produto, torna-se mais eficaz o diagnóstico acerca do desenvolvimento local e a consequente formulação de políticas públicas voltadas para este.

Sob essa perspectiva, um indicador importante na literatura de economia regional e urbana, e que tem sido utilizado com frequência em trabalhos acadêmicos e técnicos, refere-se ao Quociente Locacional (QL), que mede o grau de especialização de uma dada região segundo alguma variável que faça referência à produção local, como o número de pessoas empregadas por setor, ou o valor adicionado setorialmente. O indicador é obtido por meio da razão entre os valores (do emprego ou VAB) do setor em questão em vista do total daquele local e do setor analisado face ao total de todo o país, por exemplo. No caso do número de pessoas empregadas:

$$QL_{ki} = \frac{\left(\frac{E_{ki}}{E_i}\right)}{\left(\frac{E_k}{E}\right)}$$

Na notação acima  $E_{ki}$  refere-se ao emprego no setor  $k$ , na região  $i$ ;  $E_i$  ao emprego total na região  $i$ ;  $E_k$  ao emprego no setor  $k$ ; e  $E$  ao emprego em todo o país. No caso do Valor Adicionado Bruto tem-se, com uma interpretação análoga das variáveis:

$$QL_{ki} = \frac{\left(\frac{VAB_{ki}}{VAB_i}\right)}{\left(\frac{VAB_k}{VAB}\right)}$$

O que se verifica por meio do indicador, portanto, é que no numerador está a participação que o referido setor tem no local em questão, ao passo que no denominador está a participação do setor analisado no recorte geográfico de dimensão maior que o da localidade investigada. Se essa razão for maior que a unidade, isso que implicará que o local estudado é relativamente mais especializado no setor, e se menor que um, o raciocínio contrário se aplica. (Monasterio, 2011).

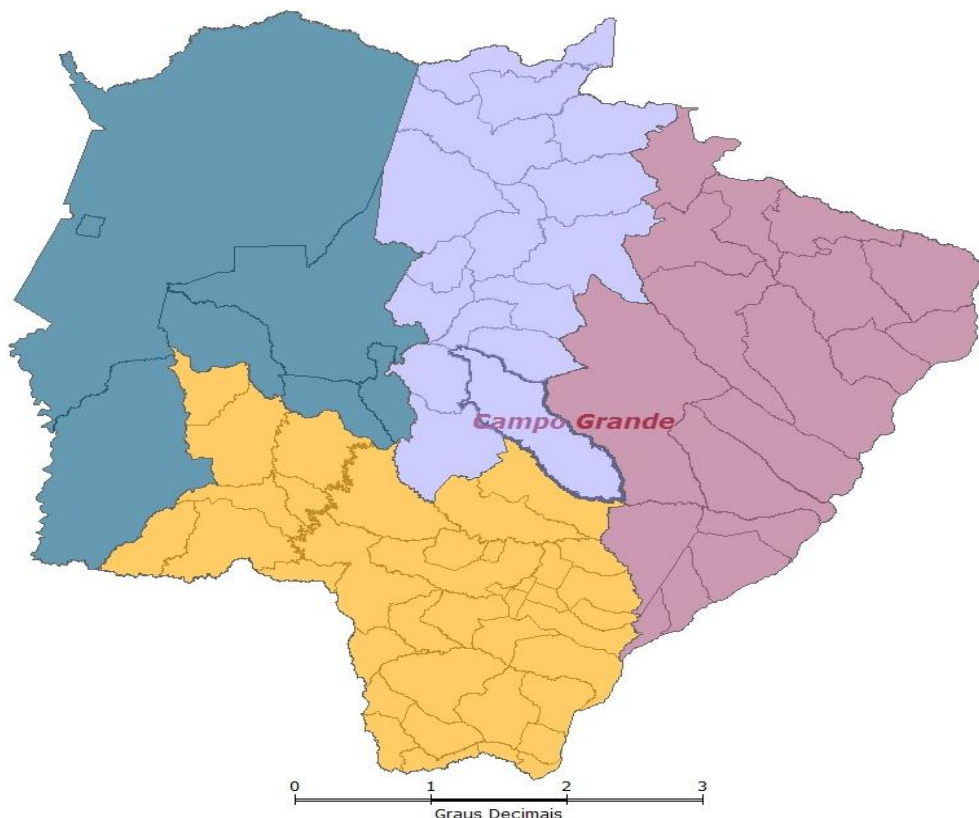
Mas, o QL tem suas fragilidades, assim como o uso de qualquer indicador. Isso porque ele pode se mostrar muito sensível ao nível de detalhamento setorial da análise, tendendo a “um” no caso deste estudo, com maior grau de agregação, e também porque “se uma região possui uma tecnologia mais intensiva em trabalho do que outras regiões,

seu QL pode ser enganoso, sugerindo exportações que não existem” (Monasterio, 2011, p. 318).

De todo modo, mesmo em face das naturais deficiências concernentes ao indicador em questão, optou-se, aqui, por calculá-lo e apresentá-lo com base nos dados do Valor Adicionado Bruto, contribuindo para a análise setorial que se pretende, e também a fim de se obter uma primeira aproximação para a investigação da especialização dos municípios selecionados quanto a determinadas atividades.

As seis subseções seguintes são voltadas para o estudo de cada um dos municípios selecionados com respeito às questões elencadas, e após estas, as considerações finais da seção reúnem os achados gerais para os municípios, de forma comparativa e sintética.

## 2.1 Dinâmica setorial produtiva do município de Campo Grande - MS



O município de Campo Grande é capital do estado do Mato Grosso do Sul, classificado como município isolado, situado na região Centro-Oeste do país. Campo Grande foi fundada por mineiros ao final do século XIX, contando em especial com a presença de José Antônio Pereira. Inicialmente, seu desenvolvimento esteve atrelado à produção agroexportadora, e rapidamente a seus setores de comércio e serviços, que foram se desenvolvendo, particularmente, a partir da construção de acessos ferroviários e rodoviários em seu entorno.

De tal modo, a despeito do notado potencial para o agronegócio, e sua consequente exploração por meio da produção de soja e rebanhos bovinos, e dos diversos polos empresariais que constituem um núcleo industrial no município, Campo Grande possui elevada concentração de sua atividade econômica em torno do setor de serviços. Na década de 1950, o município já concentrava aproximadamente 16% das empresas comerciais do estado do Mato Grosso do Sul e, em 2015, esse número mais do que dobrou, passando a 37% (Perfil Socioeconômico de Campo Grande, Prefeitura Municipal de Campo Grande, 2016).

De acordo com o que foi visto na seção anterior, Campo Grande evidenciou uma trajetória de crescimento contínuo de seu PIB entre 2002 e 2014, ainda que não

especificamente a taxas crescentes, e sua primeira retração no ano 2015. Seu produto passou de cerca de 13 bilhões de reais, em 2002, para cerca de 24 bilhões em 2015, denotando um incremento de aproximadamente 80%. Em média, a variação anual do PIB de Campo Grande no interregno em questão foi bastante elevada, aproximando-se de cinco pontos percentuais (4,7%).

A fim de buscar compreender melhor a trajetória do PIB do município de Campo Grande, cabe apresentar e discorrer a respeito do desempenho do valor adicionado bruto das atividades econômicas e da forma com que cada uma destas contribui para a conformação do valor adicionado total. Os dados setoriais auxiliam na apreensão da evolução do produto municipal, ao oferecer indicativos da importância de cada atividade na constituição dinâmica da localidade em questão.

O município de Campo Grande, certamente por se tratar de uma capital estadual, exibe uma elevada participação do setor de Administração, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (ASES), diferentemente dos demais municípios selecionados, conforme será visto adiante. A contribuição dessa atividade econômica para o Valor Adicionado Bruto Total do município ultrapassa a da indústria, o que não se verifica nos demais municípios selecionados no âmbito deste trabalho.

Mas a atividade que compreende a maior parcela do VAB Total se refere a Serviços (exclusive aqueles compreendidos pela ASES). Essa é uma tendência relativamente recente que pode ser verificada em todos os municípios aqui selecionados, e que tem suscitado por parte de diversos autores a tese de desindustrialização precoce no Brasil, ou seja, de redução da participação da indústria no valor consubstanciado no país em favor do setor de serviços. O termo “precoce” é utilizado para se fazer referência ao fato de que a indústria brasileira não se encontra ainda em um estágio maduro e bem desenvolvido (em termos de complexidade e de encadeamento), como ocorre nas economias avançadas, para justificar um processo de concentração em serviços.

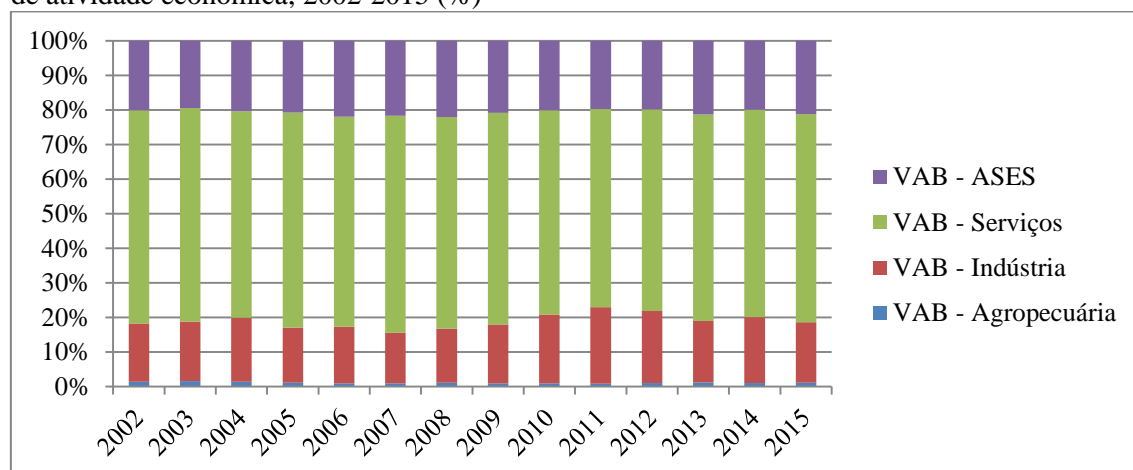
O Gráfico 2.1.1 exibe a distribuição do Valor Adicionado Bruto do município por atividade econômica no interregno 2002-2015, ilustrando adequadamente a maior participação de serviços, seguido pela administração pública<sup>5</sup>, indústria e, por fim, agropecuária. Esse último setor, muito embora apresente importância histórica para o município, especialmente em função da produção de soja e do rebanho bovino, apresenta baixa representatividade no Valor Adicionado Bruto Total, o que não quer

---

<sup>5</sup> Administração, Saúde e Educação Públicas, e Seguridade Social.

dizer que a atividade agropecuária não detenha importantes implicações para a dinâmica econômica do município, seja como fonte de entrada de divisas estrangeiras por meio do comércio internacional, seja como matéria-prima de parte maciça da produção industrial.

**Gráfico 2.1.1** – Campo Grande – MS: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo setor de atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já a Tabela 2.1.2 evidencia a participação média das atividades econômicas no VAB total em três intervalos: 2002-2009, 2010-2015 e 2002-2015. Com exceção da indústria, os setores apresentaram uma redução da participação no período 2010-2015 relativamente ao anterior (2002-2009). A indústria, ao contrário, respondia, em média, por 16,5% do Valor Adicionado Bruto total no intervalo 2002-2009, e passa a quase 20% no interregno 2010-2015.

**Tabela 2.1.2** – Campo Grande – MS: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015 (%)

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	1,17	1,07	1,12
Indústria	16,49	19,49	18,07
Serviços	61,37	59,07	60,16
ASES	20,97	20,37	20,65
<b>Total</b>	100	100	100

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A seguir, na Tabela 2.1.3 pode-se analisar o comportamento do Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas ao longo do período 2002-2015. Verifica-se que a administração pública (ASES) não evidenciou qualquer decréscimo no seu

valor adicionado no intervalo analisado. O setor de serviços apresentou duas variações negativas, uma em 2004 e outra em 2015. A indústria teve seu valor reduzido, relativamente ao ano anterior, em cinco anos: 2005, 2007, 2012, 2013, e 2015, tendo sido sua maior queda em 2013 (-13,9%). Já a agropecuária apresentou o maior número de variações negativas no período, totalizando seis, ocorridas nos seguintes anos: 2004, 2005, 2006, 2009, 2011 e 2014.

Ao mesmo tempo em que a agropecuária e a indústria oscilaram com maior frequência, incorrendo em variações negativas em seu valor adicionado, foram estes dois setores que também apresentaram variações positivas de maior magnitude, atingindo, por exemplo, 29,5% no caso da indústria em 2008, e 26,81% no da agropecuária em 2012.

**Tabela 2.1.3** - Campo Grande - MS: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica - 2002-2015 (%)

Ano	VAB – Total	VAB – Agropecuária	VAB – Indústria	VAB – Serviços	VAB – ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	6,20	18,02	8,48	6,47	2,62
2004	3,04	-8,41	10,67	-0,34	7,96
2005	2,07	-18,24	-11,93	6,26	3,90
2006	6,37	-8,99	9,31	3,82	12,57
2007	5,61	4,02	-5,77	9,24	4,14
2008	4,93	26,78	11,78	2,28	7,03
2009	9,70	-9,53	19,86	9,61	3,76
2010	10,64	10,90	29,50	6,83	6,41
2011	7,96	-2,73	19,60	4,90	5,90
2012	0,57	26,81	-5,26	2,22	1,15
2013	1,13	20,39	-13,90	3,49	8,95
2014	7,82	-8,35	15,79	8,37	0,66
2015	-5,61	3,21	-13,32	-5,42	0,68

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

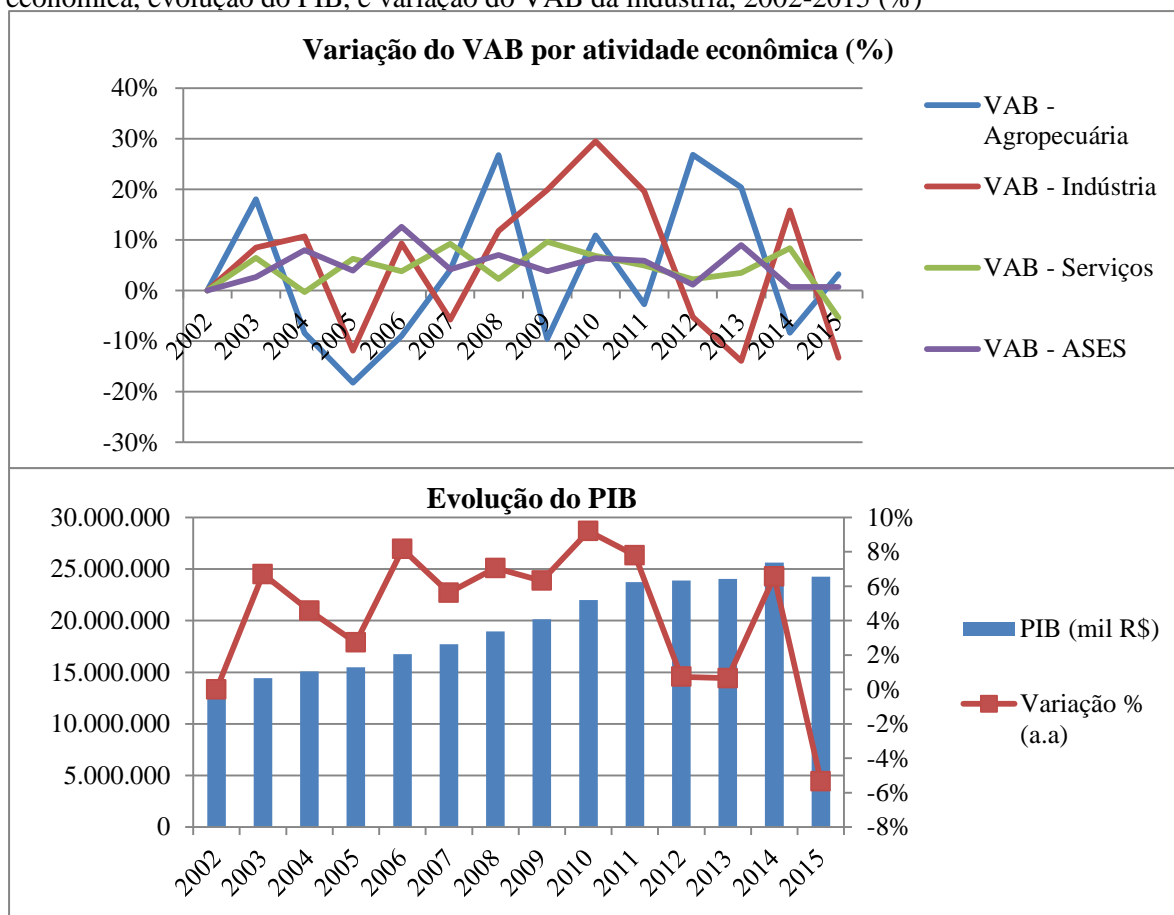
A Figura 2.1.1 permite visualizar conjuntamente as variações ocorridas no Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas em um gráfico e a evolução do PIB em outro. Dificilmente seria possível associar a trajetória do PIB de Campo Grande ao comportamento de um desses setores em específico, com base na referida figura, mas com ajuda da Tabela 2.1.3, algumas inferências podem ser realizadas.

Verifica-se que o pico observado para o PIB no ano 2003 encontrou correspondência numa variação positiva em todos os setores, sendo que a maior delas ocorreu na agropecuária, mas, tendo em vista sua reduzida participação na conformação

do produto, possivelmente foram a indústria e o setor de serviços os que mais contribuíram para esse resultado. Já o pico apresentado em 2006 certamente pode ser associado aos resultados da indústria e da ASES, uma vez que ambas variaram positivamente de forma relevante (9,31% no primeiro caso, e 12,57% no segundo), ao passo que a variação mais modesta coube a serviços; e a agropecuária, ao contrário dos demais, registrou retração.

Já no ano de 2010, ponto em que o PIB evidenciou seu mais elevado incremento, observou-se um cenário positivo em todos os setores, e a taxas relativamente elevadas, se destacando a da indústria que atingiu 29,5%. Por outro lado, em 2015, a retração do produto, além de ter resultado de uma significativa redução no Valor Adicionado pelo setor de serviços (atividade econômica de maior importância para o município), teve grande contribuição da indústria, cuja diminuição do VAB foi de aproximadamente 13%.

**Figura 2.1.1–** Campo Grande- MS: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, evolução do PIB, e variação do VAB da indústria, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme abordado no início dessa seção, para auxiliar na apreensão da dinâmica produtiva em termos setoriais no âmbito dos municípios selecionados neste trabalho, será utilizado um indicador de especialização regional quanto às principais atividades econômicas, o Quociente Locacional (QL). Como já foi destacado, esse índice pode ser construído tanto com base em dados de emprego (como o número de pessoas empregadas em cada setor), quanto por meio dos dados do valor adicionado bruto por atividade. Tendo em vista as informações apresentadas aqui, relativas a esta última variável, o indicador foi calculado.

A Tabela 2.1.4 apresenta os dados do QL tanto estabelecendo como unidade maior o país, como o estado ao qual pertence o município de Campo Grande, qual seja, Mato Grosso do Sul. Os dados são referentes ao interregno 2002-2015.

**Tabela 2.2.3** – Campo Grande – MS: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, 2002-2015

Ano	QL-Agro/Campo Grande	QL-Ind/Campo Grande	QL-Serv/Campo Grande	QL-ASES/Campo Grande
Campo Grande em relação ao Brasil				
2002	0,221	0,640	1,214	1,221
2003	0,219	0,639	1,240	1,214
2004	0,210	0,646	1,217	1,304
2005	0,205	0,561	1,242	1,295
2006	0,187	0,593	1,192	1,348
2007	0,182	0,540	1,220	1,332
2008	0,211	0,571	1,206	1,336
2009	0,180	0,666	1,174	1,222
2010	0,195	0,729	1,146	1,234
2011	0,166	0,813	1,110	1,226
2012	0,219	0,800	1,097	1,244
2013	0,242	0,713	1,115	1,303
2014	0,216	0,800	1,095	1,214
2015	0,236	0,776	1,087	1,238
Campo Grande em relação a Mato Grosso do Sul				
2002	0,056	1,021	1,537	1,115
2003	0,054	1,049	1,609	1,196
2004	0,058	0,975	1,535	1,137
2005	0,065	0,873	1,396	1,035
2006	0,061	0,852	1,398	1,019
2007	0,057	0,882	1,394	0,997
2008	0,059	0,905	1,449	1,041
2009	0,054	0,937	1,417	0,986
2010	0,055	0,882	1,460	1,018
2011	0,049	0,976	1,411	1,027
2012	0,061	0,923	1,422	1,056
2013	0,072	0,802	1,458	1,107
2014	0,063	0,880	1,391	1,111
2015	0,065	0,793	1,455	1,160

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

De acordo com o que foi apresentado na introdução desta seção, se o Quociente Locacional for maior que a unidade, isto indica uma possível especialização do local estudado no setor em questão. Desse modo, os dados da Tabela 2.2.3 sugerem uma especialização de Campo Grande no setor de serviços e da Administração Pública<sup>6</sup>, comparativamente ao país.

Já relativamente ao estado de Mato Grosso do Sul, com exceção dos anos 2007 e 2009, o município parece apresentar especialização na ASES, e no setor de serviços em todo o interregno analisado, sendo mais forte, em ambos os casos, no início do período. Já o indicador para a agropecuária e a indústria foi menor que um na maior parte do interregno considerado.

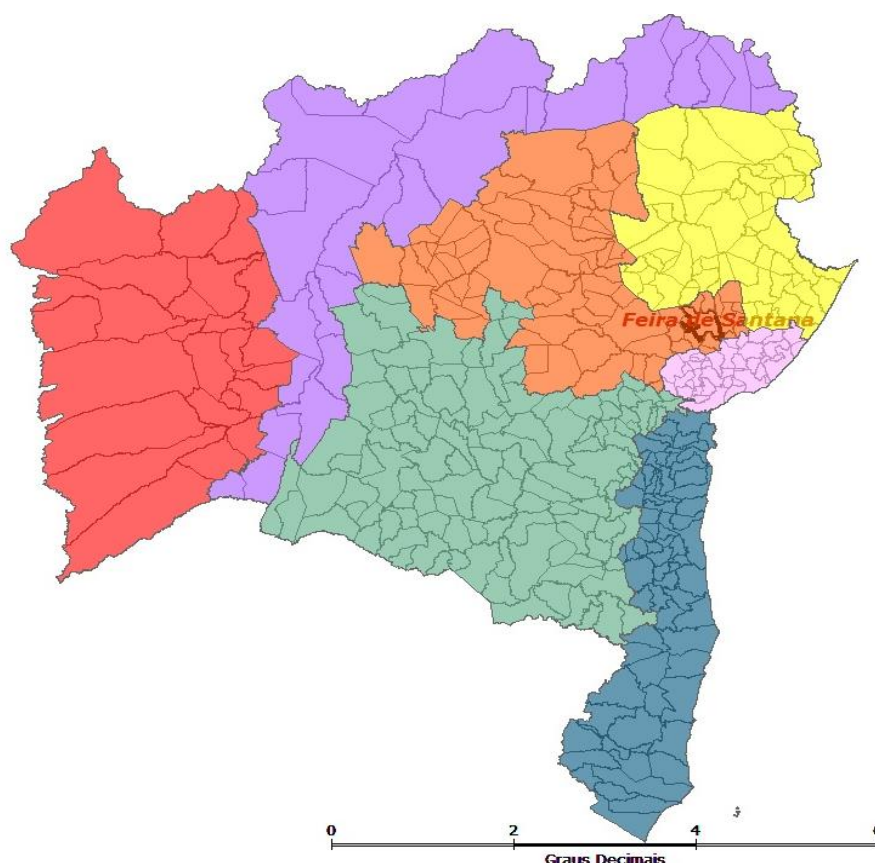
A partir das informações trabalhadas nesta subseção, pode-se concluir acerca da importância do setor de serviços para o município de Campo Grande, especialmente quando se considera conjuntamente a esta atividade aquelas que se referem ao setor público, como a ASES. Corrobora para essa constatação os indícios de uma especialização produtiva em torno destas duas atividades, conforme apontado pelo cálculo do QL.

Já a agropecuária teve a menor participação na conformação do valor adicionado do município, seguida da indústria, cuja representatividade é significativamente mais elevada que a do primeiro setor, mas ainda assim, consideravelmente menor que a evidenciada pelo de serviços. Também foi verificada uma volatilidade expressiva no VAB dessas duas atividades (agropecuária e indústria) ao longo do período considerado.

---

<sup>6</sup> Administração pública, neste caso, inclui educação e saúde públicas, e seguridade social (ASES).

## 2.2 Dinâmica setorial produtiva do município de Feira de Santana - BA



O município de Feira de Santana situa-se na Bahia. Trata-se do segundo maior município, em termos populacionais, do estado, atrás apenas da capital baiana (Salvador). O município apresenta importância estratégica para a região, tendo em vista seu papel do ponto de vista econômico, evidenciado particularmente por seu desenvolvimento das atividades de comércio e serviços, e também da indústria.

Ao analisar o processo de urbanização de Feira de Santana, observa-se que, desde o final do século XIX, sua posição intermediária é decorrente do desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente da pecuária; porém, tomando-se como parâmetro o tamanho demográfico, assume a condição de cidade média na década de 1970, quando alcança população urbana superior a 100 mil habitantes. A modernização industrial, consolidada a partir da década de 1970, determina uma dinâmica territorial que confirma este lugar na hierarquia urbana do estado (Freitas, 2010, p. 126).

As raízes da constituição da dinâmica econômica do município de Feira de Santana remetem à exploração da atividade pecuária ainda no século XVIII, e que consolidou as bases para a comercialização de produtos advindos dessa atividade específica: “Pode-se afirmar que o processo de produção da cidade média é iniciado quando Feira de Santana passa de aldeia sem importância a principal feira de gado do estado, em 1828” (Freitas, 2010, p.128). O processo de urbanização que se consolida

em meados da década de 1970 é produto tanto da expansão das pastagens e, por conseguinte, redução da população rural, quanto da ampliação do comércio que vai fortalecendo gradualmente a importância do setor terciário para a dinâmica do município.

O setor industrial passa a assumir um papel relevante na economia de Feira de Santana a partir da referida década, ou seja, 1970, com a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), o qual se caracteriza pela produção de bens finais e intermediários, com alguma diversidade:

Até a segunda metade do século XX as indústrias localizavam-se de forma dispersa no espaço urbano, mas em 1970, com a implantação do CIS — que teve como principais atrativos para sua implantação os incentivos fiscais do programa Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), a isenção do Imposto de Renda e o excedente de mão de obra — se estabelece a concentração industrial. Atualmente Feira de Santana situa-se como o mais importante centro industrial do interior do estado, o único município de todo o Norte-Nordeste — que não é capital — a possuir um centro industrial de médio porte, como já foi dito (Freitas, 2010, p.137-138).

A despeito da importância da indústria na dinâmica de Feira de Santana, o setor de serviços é, à semelhança do que já foi dito na subseção anterior, predominante na conformação do Valor Adicionado Bruto do município. Conforme já destacado, essa tendência de concentração das atividades produtivas em torno do setor terciário é verificada em nível nacional, e em especial nos municípios mais populosos e com predominância da população urbana.

Conforme foi evidenciado, o município de Feira de Santana apresentou um crescimento acelerado ao longo do período 2002-2015, saltando de cerca de 6 bilhões, no ano inicial da série, para quase 12 bilhões ao final desta, ou seja, um incremento de quase 100%. Foi visto também que o PIB de Feira de Santana cresceu em média a uma taxa de 5,6% ao ano no período em questão.

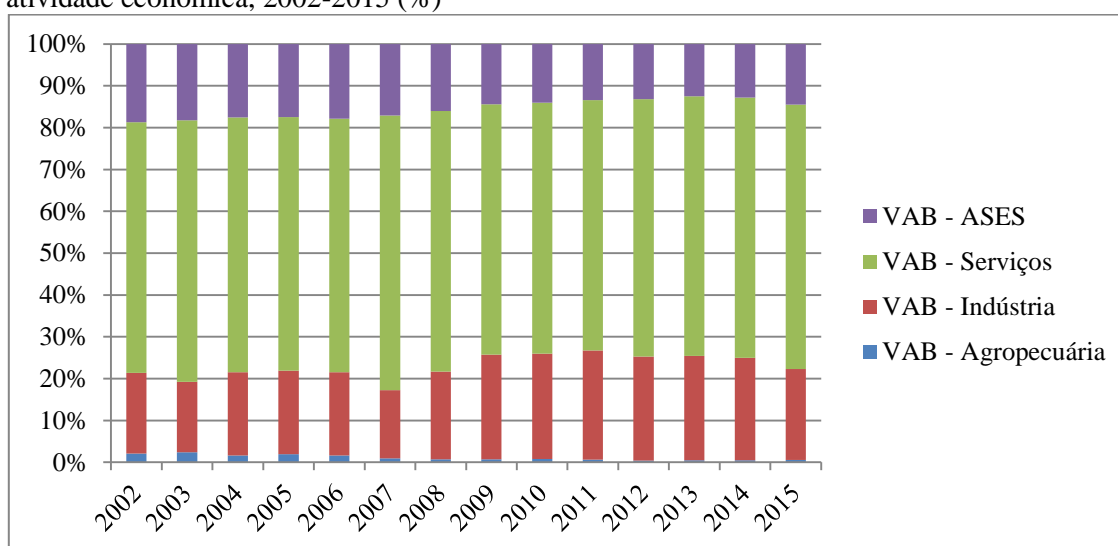
Ocorreram três retrações no produto durante o interregno analisado: 2003, 2014, e 2015. As duas primeiras foram inferiores a -1%, ao passo que a última foi significativamente mais elevada, ultrapassando 5%. Por outro lado, nos anos 2005, 2008, 2009 e 2013 a variação positiva do PIB foi da ordem de dois dígitos, chegando a 13,6% em 2009, o que certamente explica esse desempenho célere do PIB.

Em 2003, a variação negativa se deu principalmente pela indústria, cujo valor adicionado decresceu quase -13%. Já em 2014, com exceção da Administração, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social (ASES), todas as atividades econômicas retraíram, tendo sido a maior queda concernente ao setor agropecuário, e a

menor ao de Serviços. Todavia, também nesse caso o VAB industrial deve ter contribuído de forma mais premente para o decréscimo do VAB total e, por conseguinte, do PIB, visto que a participação da agropecuária no Valor Adicionado Total é bem menor. Por fim, em 2015, ano de maior retração, a queda relacionou-se ao desempenho negativo da indústria e do setor de serviços.

Como já mencionado, o setor de serviços responde pela maior parcela do Valor Adicionado Bruto total que é conformado em Feira de Santana. Em média, esse setor representou aproximadamente 61% do VAB total; a indústria 23%; a ASES 15%; e a agropecuária 1%. Essas informações estão evidenciadas no Gráfico 2.2.1 e Tabela 2.2.1.

**Gráfico 2.2.1** – Feira de Santana – BA: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

**Tabela 2.2.1** - Feira de Santana-BA: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015 – (%)

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	1,39	0,55	0,93
Indústria	20,10	24,54	22,53
Serviços	61,57	61,54	61,56
ASES	16,93	13,37	14,98
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

O Gráfico 2.2.1 ilustra bem a representatividade de cada um dos setores para a constituição do Valor Adicionado Bruto do município. A maior porção se refere ao setor de serviços, conforme evidenciado pelo referido gráfico. Contudo, a indústria

também responde por uma fatia importante, e o mesmo se pode dizer em relação à ASES. Se somado esse último setor ao de serviços chega-se a uma participação de aproximadamente 76% no VAB total. Todavia, verifica-se uma perda de participação da Administração Pública (ASES) que é em boa medida assimilada pelo setor industrial.

Por meio da Tabela 2.2.1 verifica-se também que a participação de todos os setores no Valor Adicionado, excetuando-se a da indústria, decresceu no interregno 2010-2015, relativamente ao anterior (2002-2009). Já a indústria respondia, no período 2002-2009, em média, por cerca de 20% do VAB total, ao passo que, no segundo intervalo, qual seja, 2010-2015, ela passa a responder por aproximadamente 25%.

A Tabela 2.2.2 apresenta-nos o comportamento do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica nos anos analisados:

**Tabela 2.2.2** - Feira de Santana-BA: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica - 2002-2015 (%)

Ano	VAB - Total	VAB - Agropecuária	VAB - Indústria	VAB - Serviços	VAB - ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	-0,53	12,03	-12,93	3,82	-3,10
2004	4,11	-28,90	23,04	1,39	0,16
2005	11,38	32,72	11,79	10,83	10,85
2006	4,24	-12,03	3,61	4,29	6,56
2007	11,95	-34,71	-8,22	21,27	6,97
2008	9,99	-15,11	41,25	4,33	3,30
2009	16,80	16,55	39,34	12,28	4,93
2010	2,92	14,54	3,78	3,01	0,46
2011	7,34	-20,36	11,26	7,22	2,45
2012	2,42	-27,77	-2,39	5,25	0,50
2013	11,69	22,36	12,09	12,69	5,93
2014	-0,68	-5,08	-2,43	-0,44	1,77
2015	-5,28	23,13	-16,13	-3,78	7,27

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Os dados evidenciados na Tabela 2.2.2 revelam um desempenho bastante favorável no Valor Adicionado Bruto do setor de serviços e da administração pública. Este último apresentou apenas uma variação negativa (2003), e o primeiro evidenciou duas (2014, e 2015). Adicionalmente pode-se entrever a ocorrência de variações positivas mais elevadas no setor de serviços que na ASES.

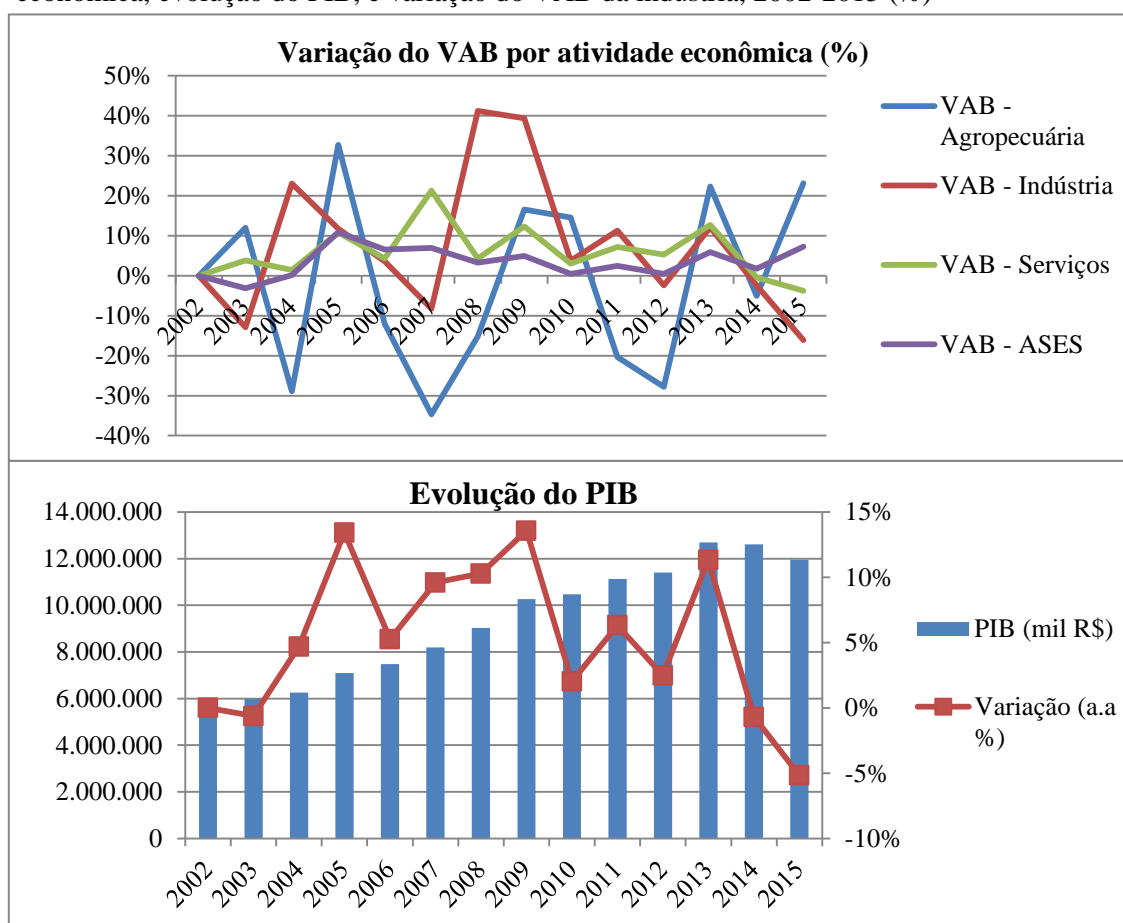
A indústria registrou cinco quedas no seu Valor Adicionado: nos anos 2002, 2007, 2012, 2014 e 2015, tendo sido a maior delas em 2015. Por outro lado, o setor também evidenciou variações positivas bastante intensas no período, como foi o caso

em 2008, cujo incremento foi de 41%, e em 2009, 39%. Mas o comportamento mais oscilatório correspondeu ao da agropecuária, setor que apresentou sete retrações no seu VAB, a maior parte delas de grande magnitude, e taxas de incremento bastante elevadas em outros anos, chegando a quase 33% em 2005, por exemplo.

Contudo, em geral, o VAB total foi contrabalançado pelas variações positivas registradas pelo setor de serviços, excetuando-se os anos 2003, 2014 e 2015, visto que, no primeiro, a queda da indústria foi muito elevada para ser compensada pelo acréscimo de 3,82% do setor terciário e, nos dois últimos anos, serviços também decresceu em conjunto com a agropecuária e a indústria. A mesma análise pode ser empregada em referência ao PIB, ao invés do VAB total.

A Figura 2.2.1 nos apresenta as variações do VAB por atividade econômica em um gráfico, e a evolução do PIB em outro, ambos para o interregno 2002-2015:

**Figura 2.2.1**– Feira de Santana-BA: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, evolução do PIB, e variação do VAB da indústria, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Apesar das movimentações intensas do Valor Adicionado da Agropecuária, as quais dificultam uma visualização clara para fins comparativos do comportamento do VAB das atividades com o do PIB, pode-se identificar que o desempenho do produto esteve associado, em especial, aos movimentos do setor industrial e de serviços, tendo em vista a maior participação dessas duas atividades econômicas no VAB total. É possível verificar que os momentos de maior pico do PIB evidenciados no gráfico, em especial pelos anos 2005, 2008, 2009 e 2013, são resultado fundamental da performance bem sucedida nesses dois setores, ou, de maneira extraordinária, em um deles.

Com ajuda da Tabela 2.2.2 nota-se que as elevações do PIB em 2005 e em 2013 relacionam-se às altas taxas de variação positiva da indústria e de serviços, a propósito, muito próximas uma da outra. Já nos anos 2008 e 2009 o comportamento virtuoso do produto parece estar ligado ao desempenho excepcional da indústria que variou positivamente, próximo de 40% em cada um desses dois anos.

A análise do Quociente Locacional (QL) pode fornecer uma orientação adicional para apreensão da contribuição dos setores para a atividade econômica do município. Conforme, já descrito, esse indicador oferece uma visão acerca da especialização produtiva do local em estudo. Nesse sentido, a Tabela 2.2.3 nos sugere que o QL de Feira de Santana indica especialização produtiva no setor de serviços, tanto quando analisado o Valor Adicionado Bruto do município em relação ao do país, como com respeito ao do estado da Bahia.

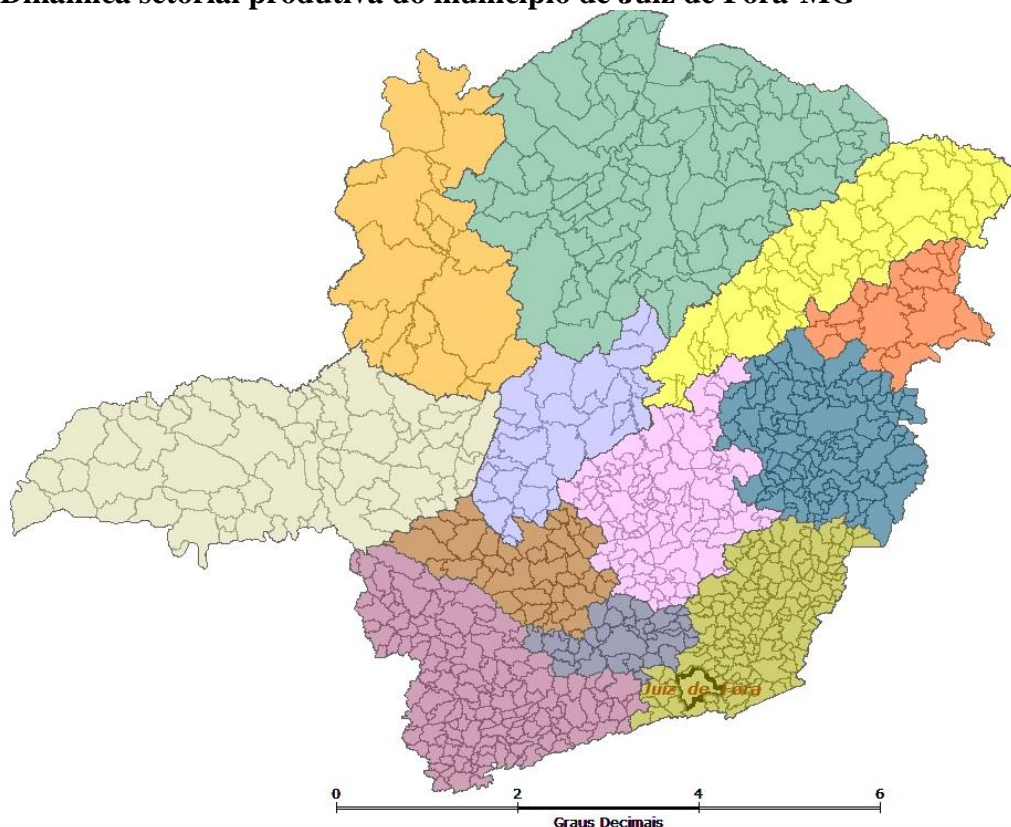
Em todos os anos analisados o indicador é superior a um. Verifica-se também que na ASES, durante os primeiros anos do interregno 2002-2015 o Quociente Locacional do município é maior que a unidade para o país, mas cai a partir de 2008, ficando abaixo de um até o fim do interregno compreendido. Também pode-se verificar que o QL da indústria passa a ser maior que um nos anos finais da série, tanto quando comparados o VAB em nível estadual, quanto nacional. Certamente, o desempenho diferenciado do Valor Adicionado pela indústria em Feira de Santana no interregno 2010-2015 contribuiu para essa modificação no indicador mencionado.

**Tabela 2.2.3** – Feira de Santana-BA: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica – 2002-2015

Ano	QL-Agro/Feira de Santana	QL-Ind/Feira de Santana	QL-Serv/Feira de Santana	QL-ASES/Feira de Santana
Feira de Santana em relação ao Brasil				
2002	0,326	0,731	1,181	1,136
2003	0,327	0,626	1,255	1,139
2004	0,241	0,696	1,241	1,124
2005	0,350	0,703	1,211	1,091
2006	0,315	0,719	1,191	1,097
2007	0,182	0,601	1,277	1,050
2008	0,135	0,766	1,228	0,970
2009	0,139	0,976	1,150	0,843
2010	0,167	0,920	1,164	0,863
2011	0,118	0,961	1,159	0,835
2012	0,086	0,956	1,158	0,827
2013	0,088	1,005	1,161	0,762
2014	0,088	1,031	1,136	0,779
2015	0,115	0,965	1,143	0,844
Feira de Santana em relação à Bahia				
2002	0,160	0,821	1,354	0,976
2003	0,179	0,696	1,423	0,977
2004	0,123	0,771	1,405	0,993
2005	0,186	0,749	1,369	0,934
2006	0,164	0,776	1,358	0,900
2007	0,090	0,684	1,404	0,902
2008	0,074	0,848	1,345	0,836
2009	0,083	0,999	1,272	0,751
2010	0,102	0,928	1,305	0,739
2011	0,074	1,099	1,244	0,673
2012	0,053	1,128	1,236	0,654
2013	0,063	1,221	1,201	0,609
2014	0,056	1,170	1,229	0,624
2015	0,070	0,982	1,287	0,706

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

### 2.3 Dinâmica setorial produtiva do município de Juiz de Fora-MG



O município de Juiz de Fora se situa no estado de Minas Gerais, mais especificamente, na mesorregião da Zona da Mata, e respondia, em 2002 por aproximadamente 3,24% do PIB do estado de Minas Gerais, passando a 2,78% em 2015. Essa perda de participação merece uma investigação acurada, especialmente tendo-se em conta o papel que historicamente o município assume no contexto regional.

Juiz de Fora polariza a região na qual se inscreve especialmente em função da oferta de serviços ligados à saúde e educação. Além disso, deve-se ter em consideração o fato de que o município se localiza entre grandes metrópoles, extrapolando, outrossim, sua influência para além do território estadual, ao atingir também alguns municípios do Rio de Janeiro (Souza e Cassab, 2015).

Historicamente, Juiz de Fora polarizou a região através da intensa atividade industrial. Hoje, se firma como um importante centro financeiro, comercial e de serviços. Há alguns anos, a cidade busca se adequar às exigências do capital globalizado a fim de garantir a desejada competitividade e atrair investimentos e empresas. Este posicionamento está claro no Plano Estratégico do município que destaca a vontade de consolidar Juiz de Fora como polo da região, melhorando suas vias de acesso, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços, especialmente nas áreas de educação e saúde (Souza e Cassab, 2015, p. 2676).

No passado, conforme citação apresentada, Juiz de Fora exercia polaridade na região por meio da dimensão industrial. Porém, com o tempo sua influência sobre outros municípios passa a ser derivada em especial do setor de serviços. Essa mudança, em algum grau, constitui resultado de uma política deliberada do município de conferir ênfase ao desenvolvimento do setor terciário, a qual pode ser ilustrada, por exemplo, no Plano Estratégico de 2000. Contribuiu para esse delineamento político a percepção de que a indústria em Juiz de Fora encontrava dificuldades para atrair investimentos e se manter eficientemente em diversas atividades, dificuldade esta encontrada por vários municípios com a reestruturação produtiva dos anos 90.

O comércio é especialmente impulsionado no município pela venda de produtos de malha, e em sua rede de serviços se destaca o sistema educacional, o qual constitui atrativo para vários municípios vizinhos:

Juiz de Fora é vista como única forma de garantir fonte de renda e acesso a serviços muitas vezes básicos, como saúde e educação. Onde várias famílias migram dos municípios circunvizinhos e centenas de pessoas fazem de seus municípios cidades dormitório, nas quais trabalham em Juiz de Fora e residem em outras cidades fronteiriças constituindo a migração pendular. (Chaves, 2011, p. 156-157).

A despeito da primazia do setor de serviços para a dinâmica econômica de Juiz de Fora, é indubitável o peso que o setor industrial ainda apresenta sobre o funcionamento da atividade produtiva do município. Conforme será visto adiante, a indústria apresentou variações muito intensas em termos de seu valor adicionado ao longo do período 2002-2015, muitas das quais se traduziram em retrações de elevada magnitude, e isso certamente repercutiu de maneira importante para seu Produto Interno Bruto.

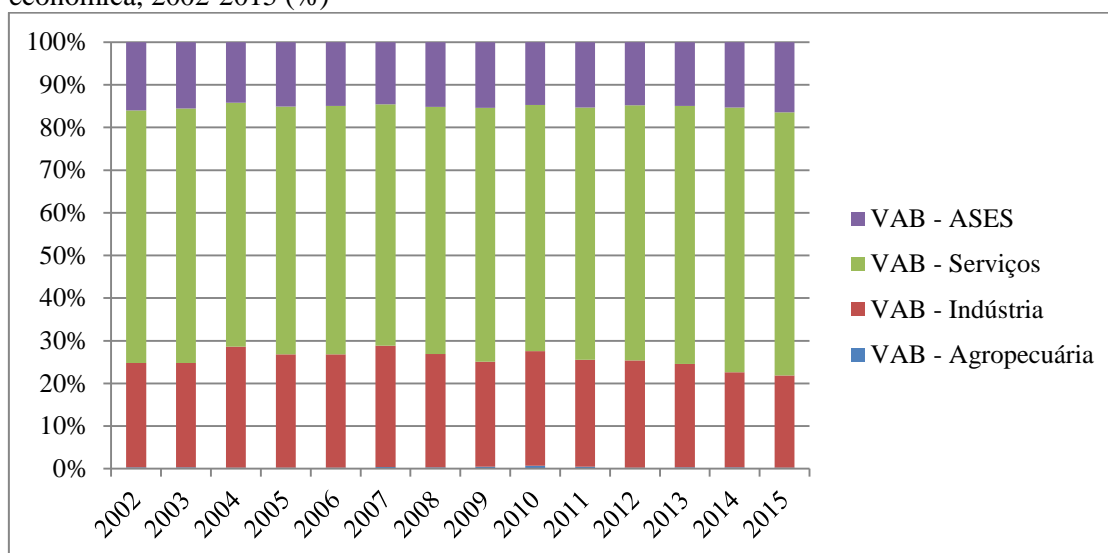
Como visto na seção anterior, o PIB de Juiz de Fora apresentou retração em seis anos específicos do interregno analisado, e sua variação percentual, quando comparados o ano inicial e o ano final do período, foi a menor registrada entre os municípios selecionados. A maior queda do produto ocorreu no último ano, correspondendo a - 3,86%, e quando conjugada às demais, corrobora para o quadro menos próspero delineado.

Conforme já mencionado, atualmente, o setor de serviços de Juiz de Fora apresenta a maior contribuição para o Valor Adicionado Bruto Total do município, de modo que sua participação média foi de aproximadamente 59% ao longo do período 2002-2015. A indústria contribuiu com cerca de 25% no mesmo interregno considerado,

a ASES com 15%, e a agropecuária com cerca de 0,5%, denotando, por conseguinte, a participação diminuta desse último setor.

O Gráfico 2.3.1 e a Tabela 2.3.1 apresentam informações relativas à participação relativa das distintas atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto Total do município:

**Gráfico 2.3.1** – Juiz de Fora – MG: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

**Tabela 2.3.1** - Juiz de Fora – MG: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015 (%)

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	0,32	0,39	0,35
Indústria	26,33	24,15	25,29
Serviços	58,24	60,20	59,17
ASES	15,12	15,26	15,18
<b>Total</b>	100	100	100

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

É possível verificar que a participação da agropecuária é tão pequena que quase não pode ser notada pelo Gráfico 2.3.1. A Tabela 2.3.1 é que nos mostra que, no interregno 2002-2009, ela foi de 0,32%; no período 2010-2015, 0,39% e; ao longo de toda série analisada (2002-2015), 0,35%. Nesse sentido, houve um ligeiro aumento da parcela do VAB total referente à agropecuária no último período observado (2010-2015). O mesmo não se observa no caso da indústria, que passa de 26,33% a 24,15% na conformação do valor adicionado.

O setor de Serviços concentrou 58,24% do VAB total no período 2002-2009 e 60,2% no período 2010-2015, tendo apresentado, por conseguinte, ganho de participação. Se somado à ASES, a atividade terciária correspondeu a aproximadamente 75% do Valor Adicionado Bruto Total do município.

A Tabela 2.3.2 apresenta as variações do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no período analisado, permitindo a análise do comportamento dessas atividades:

**Tabela 2.3.2** – Juiz de Fora – MG: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica - 2002-2015 (%)

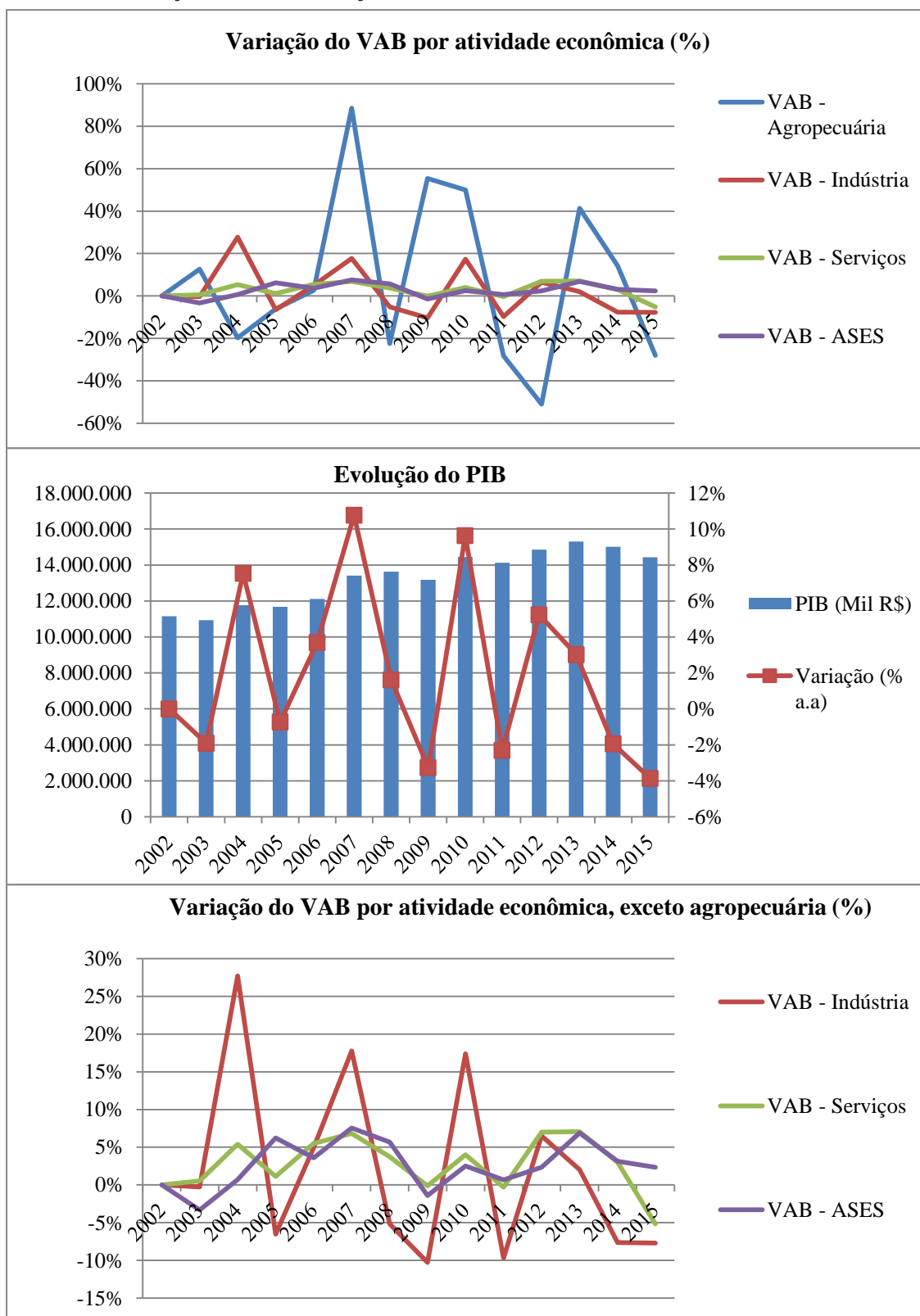
Ano	VAB – Total	VAB - Agropecuária	VAB - Indústria	VAB – Serviços	VAB – ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	-0,25%	12,61%	-0,27%	0,52%	-3,32%
2004	10,02%	-19,77%	27,69%	5,38%	0,70%
2005	-0,33%	-6,14%	-6,53%	1,14%	6,24%
2006	5,06%	2,64%	4,95%	5,51%	3,58%
2007	10,03%	88,51%	17,77%	6,82%	7,55%
2008	1,39%	-22,39%	-5,16%	3,73%	5,68%
2009	-2,86%	55,36%	-10,28%	-0,13%	-1,40%
2010	7,28%	49,90%	17,39%	4,00%	2,51%
2011	-2,88%	-28,20%	-9,70%	-0,31%	0,67%
2012	5,86%	-50,96%	6,51%	6,98%	2,34%
2013	5,86%	41,32%	2,01%	7,08%	6,89%
2014	0,48%	14,20%	-7,64%	3,00%	3,14%
2015	-4,66%	-27,99%	-7,72%	-5,17%	2,35%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme exibido na Tabela 2.3.2 a agropecuária e a indústria foram as atividades que apresentaram o maior número de retrações em seu valor adicionado, chamando atenção a magnitude destas no caso do primeiro setor, o qual, em 2012, experimentou uma queda de aproximadamente 51% relativamente ao valor registrado no ano anterior. O setor de serviços apresentou três variações negativas, quais sejam: em 2009, 2011, e 2015 (este último ano registrou a maior delas).

A Figura a seguir apresenta a performance do Valor Adicionado Bruto das distintas atividades em um gráfico; a evolução do PIB em outro; e a variação do VAB das atividades excluindo-se da análise a agropecuária. A partir dela, é possível tecer alguns breves comentários e estabelecer uma superficial análise comparativa, tendo em conta os movimentos apresentados pelo VAB setorial e pelo PIB.

**Figura 2.3.1–** Juiz de Fora – MG: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, evolução do PIB, e variação do VAB da indústria, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A partir da figura apresentada, é possível notar movimentos semelhantes entre o PIB e as variações ocorridas no valor adicionado bruto da indústria e do setor de serviços, mas, em especial, deste primeiro. Destaca-se, entretanto, conforme já foi dito anteriormente, a importância notadamente maior do setor de serviços para a conformação do VAB total do município.

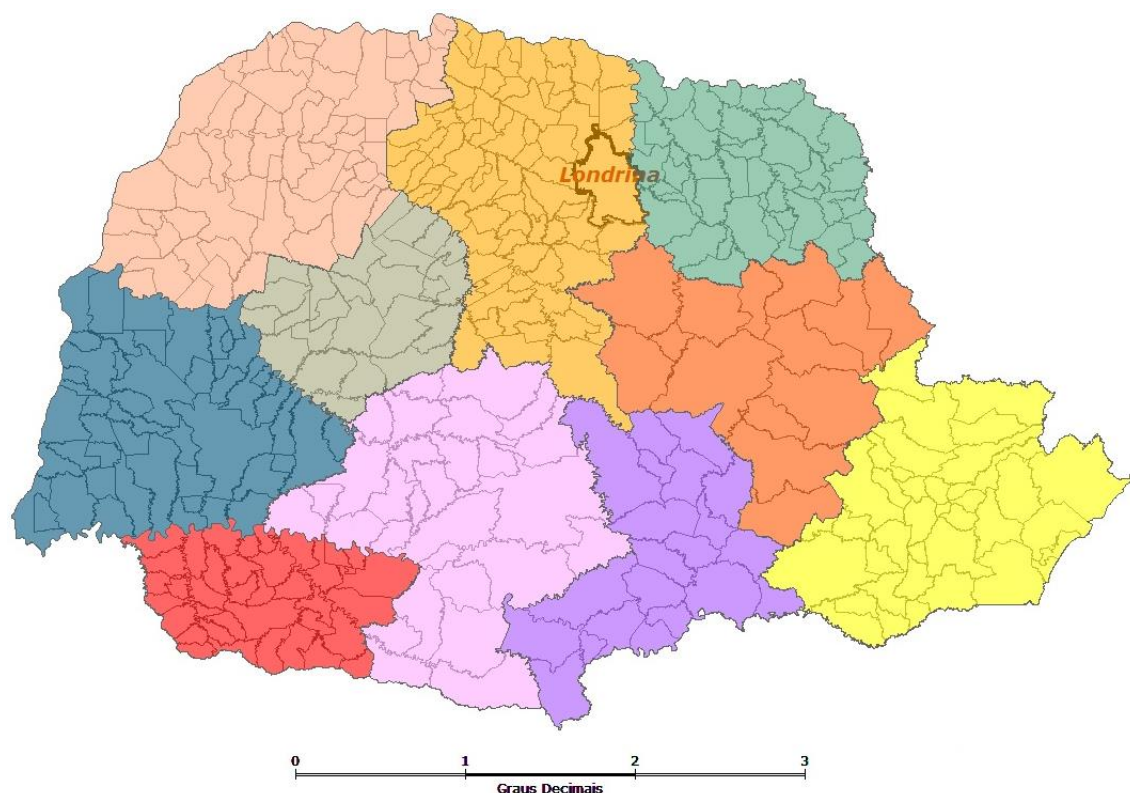
A seguir é apresentado o Quociente Locacional calculado para Juiz de Fora em cada um dos setores em relação ao país, e também relativamente ao estado em que se insere. Nota-se que o município se destaca no setor de serviços, em ambas dimensões analisadas, conforme revela seu QL superior à unidade, denotando especialização produtiva nesta atividade apenas, mas tanto relativamente ao país, quanto ao estado.

**Tabela 2.3.3** – Juiz de Fora – MG: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica – 2002-2015

Ano	QL-Agro/ Juiz de Fora	QL-Ind/ Juiz de Fora	QL-Serv/ Juiz de Fora	QL-ASES/ Juiz de Fora
Juiz de Fora em relação ao Brasil				
2002	0,048	0,927	1,167	0,972
2003	0,048	0,907	1,198	0,969
2004	0,038	0,991	1,165	0,909
2005	0,043	0,935	1,159	0,946
2006	0,045	0,960	1,145	0,917
2007	0,077	1,049	1,099	0,898
2008	0,056	0,974	1,141	0,920
2009	0,093	0,961	1,142	0,903
2010	0,140	0,982	1,120	0,906
2011	0,098	0,920	1,146	0,951
2012	0,048	0,967	1,126	0,928
2013	0,059	0,976	1,131	0,911
2014	0,070	0,937	1,133	0,933
2015	0,053	0,958	1,116	0,958
Juiz de Fora em relação a Minas Gerais				
2002	0,049	0,857	1,247	0,908
2003	0,052	0,813	1,275	0,941
2004	0,034	0,875	1,265	0,946
2005	0,036	0,826	1,281	0,952
2006	0,036	0,871	1,230	0,952
2007	0,066	0,918	1,198	0,923
2008	0,051	0,834	1,258	0,945
2009	0,084	0,822	1,246	0,934
2010	0,122	0,810	1,250	0,978
2011	0,074	0,754	1,307	1,038
2012	0,035	0,811	1,259	0,997
2013	0,055	0,793	1,246	0,979
2014	0,063	0,773	1,248	0,968
2015	0,050	0,827	1,202	0,954

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

## 2.4 Dinâmica setorial produtiva do município de Londrina - PR



O município de Londrina localiza-se no estado do Paraná, constituindo a mesorregião Norte Central Paranaense, e figura como município mais populoso da referida região que é composta por 79 municípios, respondendo por aproximadamente 30% do seu estoque de emprego. As raízes de sua constituição estão ligadas à produção cafeeira, e remontam à década de 1930 a partir de um grande empreendimento imobiliário promovido por capitais ingleses, e que dá origem ao município e sua região metropolitana.

Os anos 1930, durante os quais Londrina e sua região começam a se estruturar, constituem um momento muito particular em que o Brasil está convulsionado pelas transformações políticas e pelos impactos da grande depressão, o que terá consequências para o arranjo espacial da região e, consequentemente, para os circuitos da economia urbana londrinense. (Oliveira, 2009, p. 15).

Em termos de sua conformação espacial, a constituição de Londrina foi marcada pela presença de pequenas propriedades e pela distribuição, no seu entorno, de pequenos núcleos urbanos. Sua rede viária abrangia o transporte ferroviário, o que propiciou uma virtuosa articulação entre o município e os centros dinâmicos da economia nacional, especialmente, os portos de Santos e Paranaguá. (Oliveira, 2009).

Desse modo, parece notável que as raízes de Londrina encontram-se intimamente ligadas à produção agrícola, notadamente de café, que, durante muito tempo, foi a principal atividade econômica do estado do Paraná, e foi particularmente dinamizada pelos investimentos ferroviários. É, então, a partir de meados da década de 70, com as transformações econômicas ocorridas no estado paranaense, que se verificam esforços concretos na direção de industrialização da região metropolitana, ainda assim insuficientes para conferir o vigor necessário à nascente indústria àquela época.

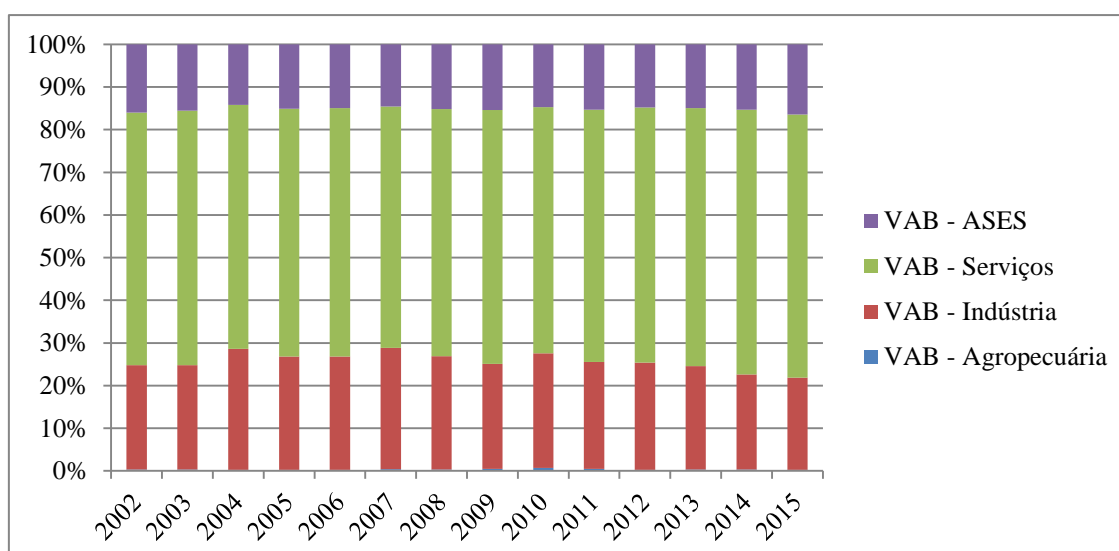
Mesmo com o Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina sendo relativamente bem servidos em termos de rodovias, ferrovias, energia e telecomunicações, no período de 1970 a 1985, a indústria ainda era incipiente na região com amplo predomínio dos ramos diretamente relacionados à agropecuária regional (Bragueto, 2007, p.30).

Isso vai se modificando no decorrer da década. Até meados de 1980, Londrina já dispõe de bases importantes para a consolidação da indústria, como, por exemplo, seu abastecimento de energia elétrica, que deixa de constituir um entrave para o município e sua região. Inicialmente, as atividades industriais estavam predominantemente ligadas à agropecuária, mas, posteriormente, em especial entre o início da década 90 e dos anos 2000, verifica-se um significativo aumento da participação de setores mais intensivos em tecnologia, como a indústria química e farmacêutica (Bragueto, 2007, p.189).

Conforme apresentado na seção precedente, o PIB de Londrina ocupou a 47ª posição no *ranking* do país em 2015 e, no período 2002-2015, variou quase 3% ao ano, e 42% quando comparado o produto de 2002 ao de 2015. A variação ocorrida no período, entre ano inicial e final, superou a do município de Juiz de Fora, e se colocou muito próxima da experimentada por Ribeirão Preto.

Destaca-se que ocorreram três retrações na produção de Londrina durante o interregno analisado: nos anos 2005, 2008 e 2014, tendo ocorrido a pior delas no primeiro (-5,97%). Conforme será visto adiante esses três anos de queda no PIB municipal coincidem exatamente com três variações negativas apresentadas pelo Valor Adicionado Bruto de Serviços, sendo esta, assim como no caso dos demais municípios selecionados, a principal atividade conformadora do Valor Adicionado Bruto Total. A participação da indústria também é relevante, tendo sido em média de 22,2% no período analisado. É possível notar também que essa participação é maior nos anos iniciais do interregno 2002-2015.

**Gráfico 2.4.1** – Londrina – PR: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

**Tabela 2.4.1** Londrina – PR: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015 (%)

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	2,24	1,77	2,01
Indústria	23,71	20,61	22,21
Serviços	62,01	64,73	63,33
ASES	12,03	12,89	12,45
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme revela a Tabela 2.4.1, o setor de Serviços respondeu por aproximadamente 63% do Valor Adicionado Bruto total do município no período 2002-2015. Se compararmos o intervalo 2002-2009 ao intervalo 2010-2015, notaremos um crescimento da participação dessa atividade. O mesmo não ocorre com a Indústria e Agropecuária, uma vez que a primeira representava 23,7% do VAB total no primeiro interregno observado e 20,6% no segundo; e a última respondia por 2,2% e passa a 1,8%. A Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social (ASES) respondeu por cerca de 12% do VAB ao longo do período 2002-2015.

Analisando como se comportou o Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas, a Tabela 2.4.2 revela que o setor que apresentou maiores variações no VAB, incluindo-se variações negativas, foi o da agropecuária. A administração pública foi o setor que apresentou o menor número de retrações no período, e também as menos intensas em magnitude. A indústria apresentou cinco variações negativas, ao passo que serviços exibiu três, tendo sido duas delas comuns (nos anos 2005 e 2008).

**Tabela 2.4.2** – Londrina – PR: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica - 2002-2015 (%)

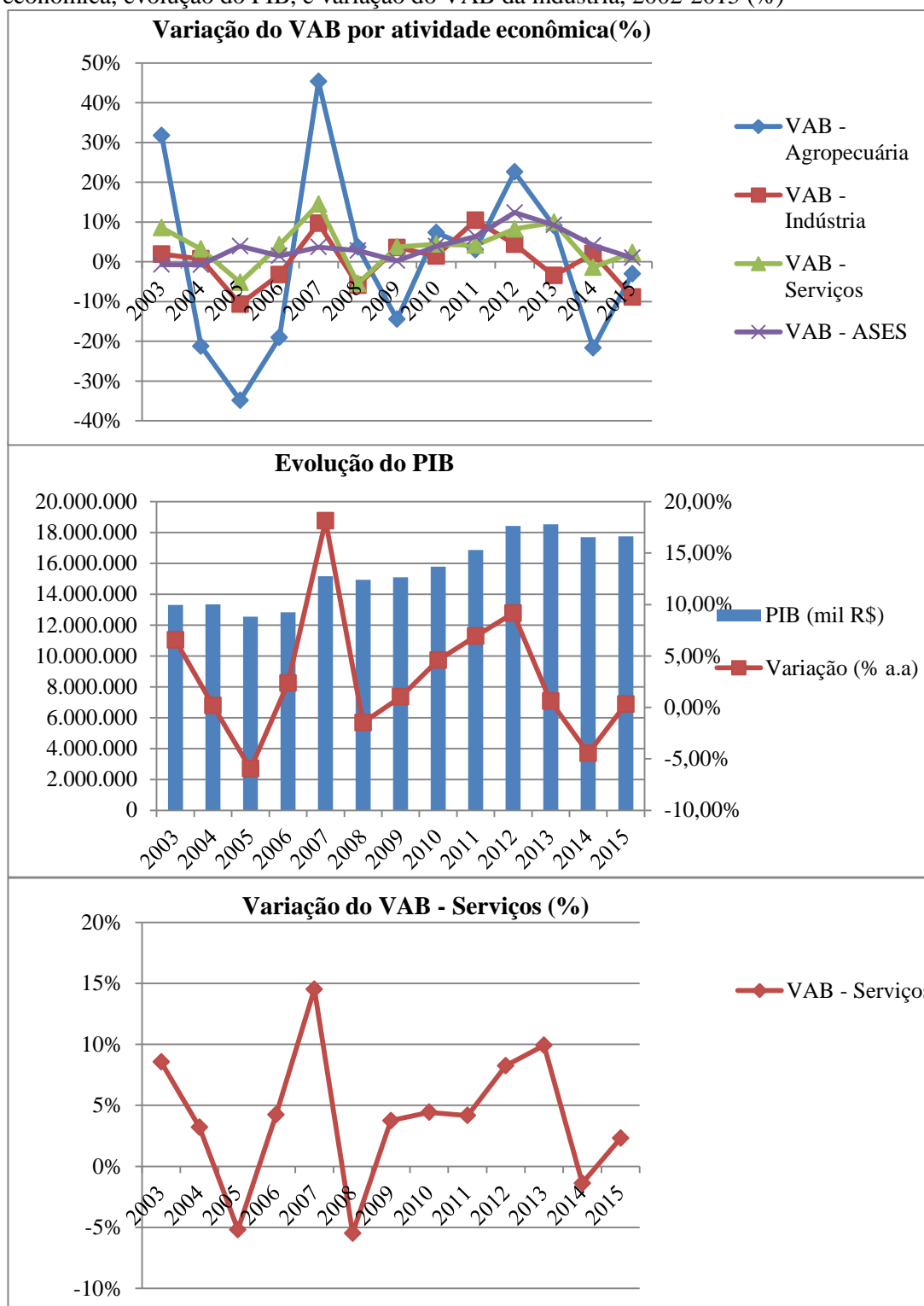
Ano	VAB – Total	VAB - Agropecuária	VAB – Indústria	VAB – Serviços	VAB – ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	6,30	31,72	1,92	8,55	-0,72
2004	1,28	-21,24	0,73	3,21	-0,76
2005	-6,33	-34,86	-10,65	-5,19	3,92
2006	1,66	-19,07	-3,23	4,23	1,47
2007	12,52	45,34	9,71	14,52	3,68
2008	-4,44	3,69	-5,90	-5,48	2,83
2009	2,89	-14,48	3,56	3,75	0,24
2010	3,75	7,36	1,43	4,43	3,87
2011	5,76	3,02	10,41	4,16	6,34
2012	8,14	22,57	4,40	8,25	12,39
2013	6,90	9,03	-3,46	9,92	9,25
2014	-0,40	-21,69	2,06	-1,38	4,13
2015	-0,22	-3,01	-8,90	2,30	0,99

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A Figura 2.4.1 evidencia um gráfico com a evolução do PIB, outro com a variação apresentada no VAB das distintas atividades econômicas, e outro com a variação apenas para o VAB de serviços. Por meio dela, é possível notar que a atividade que apresentou maiores oscilações em seu valor adicionado no período analisado foi a agropecuária.

Adicionalmente a Figura 2.4.1 evidencia um comportamento bastante semelhante entre o desempenho do Produto Interno Bruto do município de Londrina e o do Valor Adicionado Bruto do setor de serviços. Nota-se, por exemplo, que as retrações do primeiro nos anos 2005, 2008, e 2014, encontram correspondência na redução do VAB de serviços ocorrida exatamente nos três anos mencionados. O ponto de maior variação positiva do PIB também é consonante com o maior incremento ocorrido no VAB do setor terciário, qual seja, o ano de 2007. Verifica-se, outrossim, a importância dessa atividade na determinação da dinâmica do produto.

**Figura 2.4.1– Londrina – PR: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, evolução do PIB, e variação do VAB da indústria, 2002-2015 (%)**



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Também no caso de Londrina, procedeu-se ao cálculo do Quociente Locacional (QL) para os quatro setores considerados para o VAB (Valor Adicionado Bruto): o agropecuário, o industrial, de serviços, e da ASES. Conforme evidencia a Tabela 2.4.3

em relação ao país, o município exibiu especialização na indústria apenas no primeiro ano da série, sendo que seu QL industrial cai para menor que a unidade desde então. Por outro lado, o QL de serviços é superior a um durante todo o interregno analisado, denotando, por conseguinte, especialização nesta atividade.

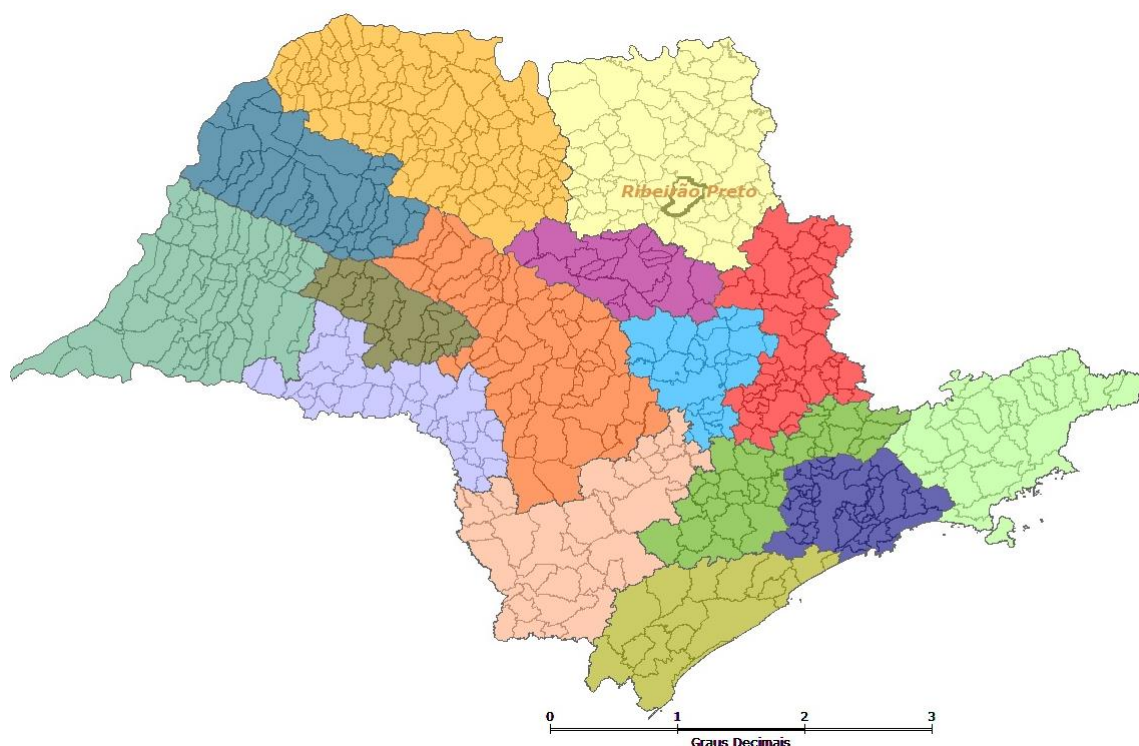
Relativamente ao estado do Paraná, o QL de serviços do município de Londrina é superior a um em todos os anos observados. Já o QL da Administração, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social, em cinco anos específicos da série analisada, seu valor se mostrou superior à unidade, sugerindo algum grau de especialização nesses casos. Porém, no geral, o QL foi inferior a um.

**Tabela 2.4.3** – Londrina – PR: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica – 2002-2015

Ano	QL-Agro/ Londrina	QL-Ind/ Londrina	QL-Serv/ Londrina	QL-ASES/ Londrina
Londrina em relação ao Brasil				
2002	0,433	1,002	1,152	0,750
2003	0,478	0,939	1,198	0,720
2004	0,401	0,880	1,240	0,724
2005	0,340	0,844	1,230	0,784
2006	0,289	0,826	1,240	0,769
2007	0,370	0,822	1,249	0,710
2008	0,384	0,803	1,253	0,751
2009	0,330	0,864	1,230	0,708
2010	0,369	0,789	1,252	0,744
2011	0,341	0,830	1,230	0,758
2012	0,403	0,837	1,197	0,795
2013	0,382	0,791	1,222	0,789
2014	0,315	0,847	1,182	0,823
2015	0,306	0,817	1,201	0,797
Londrina em relação ao Paraná				
2002	0,251	0,865	1,276	0,982
2003	0,267	0,863	1,290	1,004
2004	0,236	0,811	1,313	1,005
2005	0,199	0,785	1,298	0,995
2006	0,176	0,770	1,289	0,972
2007	0,215	0,775	1,275	0,964
2008	0,201	0,785	1,284	1,018
2009	0,202	0,780	1,265	0,972
2010	0,194	0,769	1,281	0,985
2011	0,184	0,796	1,274	0,989
2012	0,216	0,814	1,238	0,993
2013	0,194	0,754	1,282	1,034
2014	0,167	0,801	1,248	1,003
2015	0,171	0,723	1,273	1,021

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

## 2.5 Dinâmica setorial produtiva do município de Ribeirão Preto - SP



O município de Ribeirão Preto situa-se no estado de São Paulo, e fica na mesorregião de Ribeirão Preto, que conta com 66 municípios, se destacando como o maior entre eles, e concentrando mais de 30% do produto e do emprego da região. Além disso, Ribeirão Preto constitui o município sede da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, conformada pelo aglomerado de 34 municípios, e formalmente criada em julho de 2016.

O município é considerado polo na região, exercendo atração sobre outros municípios do interior do estado, especialmente em função da ampla gama de serviços que oferece. Essa forte polarização observada em especial no setor terciário possui relação com as dimensões relativamente menores dos municípios circunvizinhos, e também com a renda média destes; dois fatores que, conjugados, culminam na absorção por Ribeirão Preto de parcela significativa das demandas vizinhas, em função de seu maior potencial demonstrado no desenvolvimento e complexificação das atividades terciárias.

Nas raízes do desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto encontra-se inicialmente a produção de café e, em seguida, com a crise de 1929, a proliferação do cultivo de outras atividades tipicamente agrícolas, conformando seu notado potencial para o agronegócio, e configurando, a partir das divisas propiciadas por esses produtos,

o desenvolvimento e expansão das atividades ligadas aos demais setores (comércio, indústria, serviços):

Se o cultivo do café foi a principal atividade que engendrou os fatores determinantes do desenvolvimento de Ribeirão Preto no final do século XIX e início do século XX – ferrovia, bancos, energia elétrica, capitais, mercados etc. – a recuperação e a manutenção do crescimento posterior aos anos 1930 encontram-se relacionadas, sobretudo, à diversificação empreendida na região no entorno da cidade. Juntamente com o processo de loteamento das grandes fazendas, houve o crescimento dos cultivos da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz, da laranja, da soja e a expansão da pecuária. Tratava-se, então, de atividades direcionadas fundamentalmente para o mercado interno, seja sob a forma de matérias-primas, seja para consumo. As condições bastante favoráveis de clima, solo fértil (enorme mancha de terra roxa), capacidade empresarial e utilização de técnicas modernas consubstanciaram-se em elevados níveis de produtividade e renda. Na medida em que colaboraram decisivamente para a manutenção da prosperidade nas áreas rurais, facultaram o desenvolvimento do setor comercial, industrial e de serviços do município de Ribeirão Preto, já então plenamente consolidado como a principal base urbana de convergência econômica da região (Pires, 2004, p.3-4).

Embora notadamente lembrado por sua performance no agronegócio, a atividade agropecuária apresenta pouca representatividade em termos numéricos na conformação do produto interno bruto do município, o qual, inequivocamente encontra-se mais associado ao setor de serviços (incluindo comércio) e, em menor medida, também à indústria. A dinâmica produtiva de Ribeirão Preto intensificou e complexificou-se em face do movimento de interiorização que ocorreu no estado de São Paulo por volta da década de 70, favorecendo a migração de indústrias para a mesorregião, e também movimentos demográficos que possibilitaram saldos migratórios positivos para a localidade (Betarelli e Simões, 2011).

A indústria no município está especialmente ligada à produção de açúcar e álcool; de máquinas e equipamentos para o setor agrícola; à produção de bebidas; ao ramo alimentício; e ao desenvolvimento de equipamentos médico-odontológicos. Mas o que a análise do consumo de energia elétrica por setor revela é que o consumo médio de energia na indústria de Ribeirão Preto é menor que a média do estado, e que os estabelecimentos industriais são, em média, de menor porte, sugerindo, nesse sentido, uma importância modesta da indústria no município de Ribeirão que, conforme já destacado, apoia-se fortemente no setor terciário (Pires, 2004).

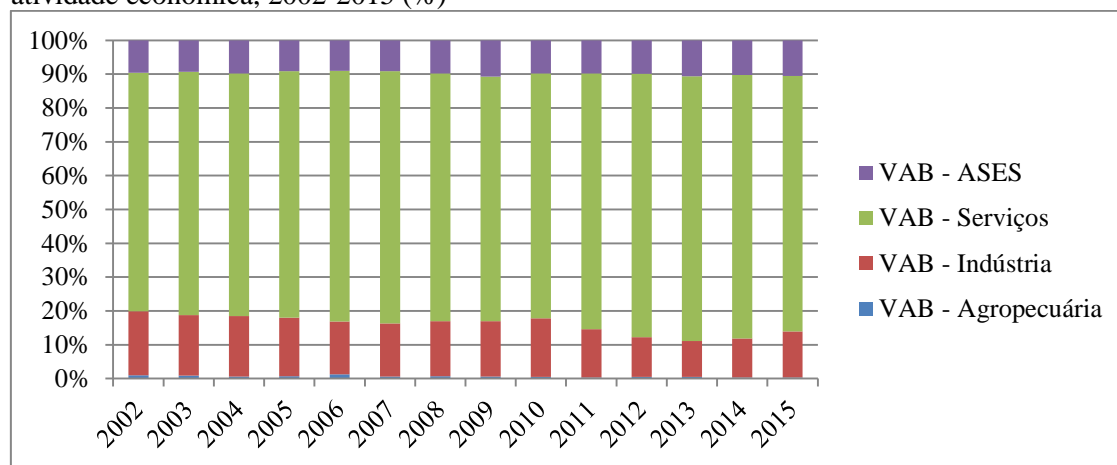
Desde meados de 1930 o município passou a apresentar dinamismo movido especialmente pelas atividades ligadas ao setor de serviços e, portanto, conforme será visto adiante, os movimentos do PIB de Ribeirão guardam íntima relação com o desempenho desse setor. De acordo com o que foi mostrado na seção anterior, ao início

da série analisada, ou seja, no ano 2002, Ribeirão Preto apresentou um PIB (a preços constantes de 2015) de pouco mais de 19 bilhões de reais; e ao término do interregno, 2015, esse valor alcançou aproximadamente 28 bilhões, evidenciando um aumento de aproximadamente 45%. Também foi visto que a média das variações anuais do PIB do município foi de aproximadamente 3% no intervalo 2002-2015, o que expressa uma trajetória de crescimento relevante para o período.

Ao longo desse intervalo temporal, Ribeirão apresentou variações positivas expressivas em seu produto nos anos 2005, 2007, 2010, e 2013, tendo sido a maior delas de cerca de 10% em 2007. Já as retrações econômicas da variável foram registradas em três momentos: no ano 2004 (-1,05%), em 2014 (-0,28%), e em 2015 (-3,48%).

O comportamento do PIB de Ribeirão Preto parece estar bastante ligado à dinâmica da indústria e do setor de serviços, mas, especialmente à desse último, o qual representou quase 75% do seu Valor Adicionado durante o período 2002-2015. Em seguida, a indústria respondeu pela segunda maior parcela do VAB do município, mas, ainda assim, bastante inferior à concentração detida pelo setor de serviços.

**Gráfico 2.5.1** – Ribeirão Preto – SP: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

**Tabela 2.5.1** Ribeirão Preto – SP: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015 (%)

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	0,77	0,40	0,58
Indústria	16,91	13,14	15,04
Serviços	72,74	76,31	74,51
ASES	9,59	10,15	9,87
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A atividade que apresenta menor representatividade no Valor Adicionado Bruto do município é a Agropecuária, cuja participação média no interregno analisado não chegou nem a um por cento. A Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social (ASES) representou cerca de 10% do VAB total. Adicionalmente, pode-se notar que, no período 2002-2009, a parcela concentrada pela indústria foi maior que no segundo período, 2010-2015, denotando uma perda de participação dessa atividade que parece ter sido absorvida, em grande medida, pelo setor de serviços que apresentou justamente o movimento oposto.

Analisando o comportamento do Valor Adicionado Bruto segundo as atividades econômicas, no interregno 2002-2015, verifica-se que as variações percentuais mais expressivas, tanto por sua magnitude quanto pela frequência das oscilações entre positivas e negativas, ocorreram no setor Agropecuário. Muito embora a agropecuária represente uma baixa parcela do VAB total do município (que não chega sequer a um por cento), essa atividade tem sua importância histórica para a dinâmica produtiva de Ribeirão, tendo em vista, por exemplo, a produção sucroalcooleira, o complexo da soja, milho e café, e o cultivo de laranja, todos importantes fontes de emprego e renda para o município, e determinantes para o seu saldo comercial (Betarelli e Simões, 2011). Obviamente que, com qualquer grau de processamento porque passem esses produtos originalmente agrícolas, ocorre, por conseguinte, o enquadramento e desenvolvimento das atividades no setor industrial, reduzindo, outrossim, formalmente a importância em números do setor agropecuário.

O VAB industrial do município de Ribeirão Preto sofreu várias retrações no período considerado, tendo sido as mais expressivas em 2011 e 2012, ambas de mais de 15%. Nesses dois anos, tanto o crescimento do VAB total, quanto do PIB, foram relativamente baixos, a despeito das variações positivas registradas nos demais setores, como foi o caso em 2012. A atividade econômica que, nos dois casos, contrabalançou a perda de valor na indústria foi serviços, dada sua primazia para a conformação do Valor Adicionado.

É possível verificar que o VAB de Serviços decresceu em três anos: 2004, 2008, e 2015, que também foram os momentos em que o VAB total também experimentou retração. A análise conjunta entre o comportamento do setor e a performance apresentada pelo PIB sugere uma correlação importante entre ambos.

**Tabela 2.5.2** – Ribeirão Preto – SP: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica - 2002-2015 (%)

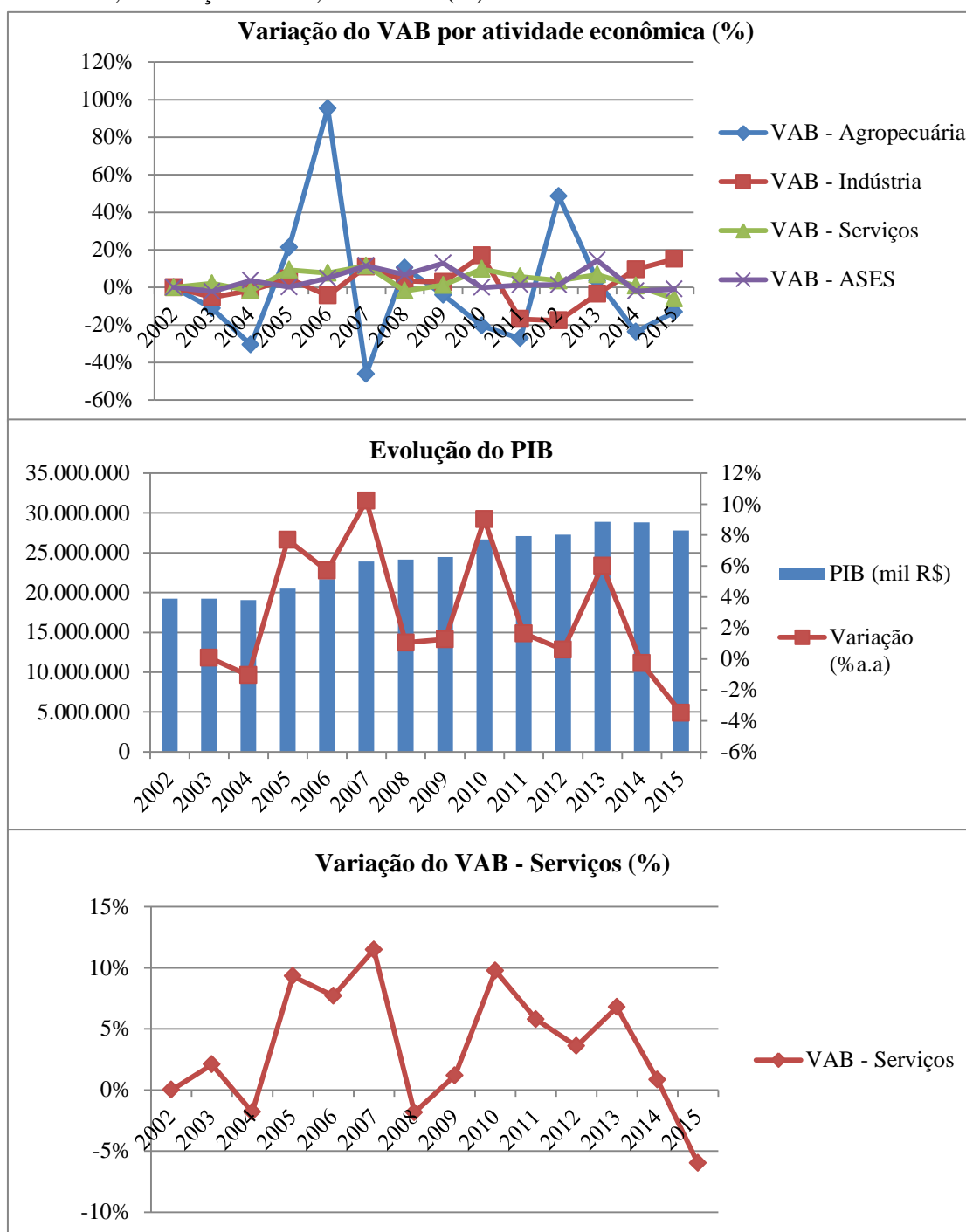
Ano	VAB – Total	VAB - Agropecuária	VAB – Indústria	VAB – Serviços	VAB – ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	0,14%	-11,27%	-5,32%	2,08%	-2,25%
2004	-1,51%	-30,59%	-1,60%	-1,81%	3,64%
2005	7,65%	21,30%	4,63%	9,31%	0,19%
2006	5,93%	95,32%	-4,37%	7,69%	4,90%
2007	10,71%	-46,18%	11,03%	11,48%	11,59%
2008	-0,15%	10,45%	3,46%	-1,84%	6,72%
2009	2,54%	-4,04%	2,75%	1,17%	12,89%
2010	9,69%	-20,45%	16,95%	9,75%	-0,03%
2011	1,23%	-27,15%	-16,92%	5,78%	1,25%
2012	0,49%	48,47%	-17,60%	3,59%	1,33%
2013	6,31%	3,36%	-3,49%	6,77%	14,42%
2014	1,35%	-23,68%	9,54%	0,84%	-1,99%
2015	-3,08%	-13,15%	15,12%	-6,00%	-0,97%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A Figura 2.5.1 apresenta a variação anual do valor adicionado bruto das atividades econômicas no interregno 2002-2015 em um gráfico, a evolução do PIB (a preços constantes de 2015), e a variação do VAB de serviços por último. Busca-se, assim, observar de forma comparativa, os movimentos específicos do PIB e do VAB de Serviços.

Graficamente é possível notar a presença de grande similaridade entre o comportamento do Produto Interno Bruto e do VAB de serviços. Nota-se, por exemplo que o pico de maior incremento do PIB é registrado no mesmo ano em que é evidenciada a maior variação positiva do VAB do referido setor, qual seja, em 2007. De forma análoga, a maior queda do produto corresponde ao último ano da série analisada, ou seja, 2015, e observação idêntica encontra consonância em relação ao Valor Adicionado Bruto do serviços. Ademais, outras oscilações parecem confirmar essa forte correlação entre eles.

**Figura 2.5.1** - Ribeirão Preto – SP: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, e evolução do PIB, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Analisando a dinâmica produtiva de Ribeirão Preto, com base em uma discussão que tem por base o cálculo de indicadores de especialização regional, são encontrados indicativos de uma distinção em serviços, por meio do cálculo do Quociente Locacional quando comparada a atividade no município ao restante do país. A Tabela 2.5.3

apresenta o QL das atividades econômicas de Ribeirão Preto, calculado com base no VAB, tanto em relação ao Brasil, como comparativamente a São Paulo.

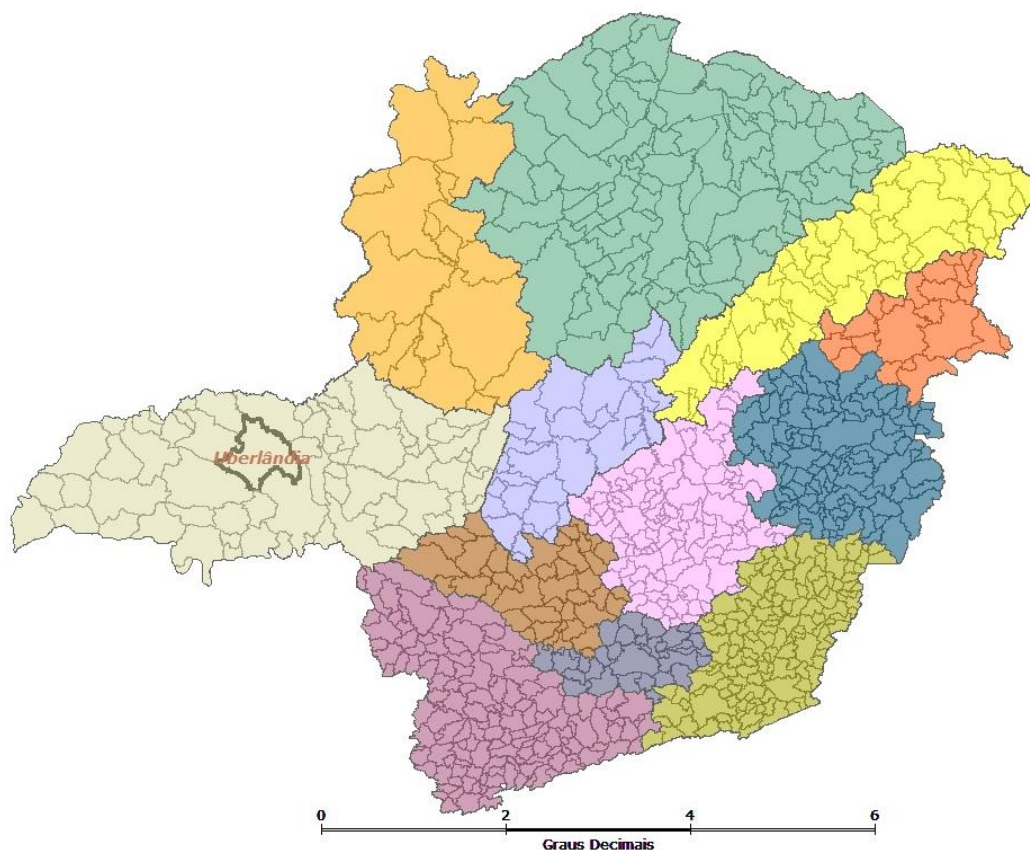
**Tabela 2.5.3** – Ribeirão Preto – SP: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica – 2002-2015

Ano	QL-Agro/Ribeirão Preto	QL-Ind/ Ribeirão Preto	QL-Serv/ Ribeirão Preto	QL-ASES/ Ribeirão Preto
Ribeirão em relação ao Brasil				
2002	0,149	0,717	1,391	0,580
2003	0,117	0,663	1,444	0,583
2004	0,089	0,624	1,462	0,629
2005	0,123	0,610	1,455	0,571
2006	0,241	0,566	1,454	0,556
2007	0,116	0,580	1,449	0,561
2008	0,123	0,596	1,445	0,590
2009	0,119	0,638	1,389	0,628
2010	0,093	0,636	1,405	0,601
2011	0,064	0,526	1,464	0,609
2012	0,098	0,450	1,467	0,620
2013	0,088	0,428	1,463	0,648
2014	0,070	0,483	1,422	0,626
2015	0,063	0,606	1,366	0,611
Ribeirão em relação a São Paulo				
2002	0,291	0,689	1,186	0,977
2003	0,266	0,613	1,240	0,965
2004	0,217	0,584	1,256	1,030
2005	0,267	0,583	1,250	0,968
2006	0,434	0,571	1,229	0,953
2007	0,222	0,569	1,244	0,941
2008	0,316	0,590	1,220	0,958
2009	0,248	0,622	1,193	1,013
2010	0,214	0,643	1,181	1,022
2011	0,165	0,554	1,204	1,034
2012	0,260	0,491	1,203	1,037
2013	0,251	0,467	1,198	1,061
2014	0,200	0,522	1,171	1,057
2015	0,195	0,622	1,138	1,041

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

De acordo com o apontado pelo Quociente Locacional (QL) para as atividades econômicas em Ribeirão Preto, há uma especialização em torno de serviços quando comparado o valor adicionado desse setor no município vis-à-vis ao observado no Brasil, visto que o indicador permanece maior que a unidade durante todos os anos considerados. Já nas demais atividades, o QL foi menor que um (1). Em comparação ao estado de São Paulo, não se pode sugerir especialização produtiva de Ribeirão Preto com base nos números do QL, os quais foram inferiores a um, durante o período em questão.

## 2.6 Dinâmica setorial produtiva do município de Uberlândia – MG



O município de Uberlândia, situado no estado de Minas Gerais, pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), a terceira mais populosa do estado, e segunda mais dinâmica em termos econômicos, tendo em vista seu PIB que, atualmente, encontra-se aquém somente do apresentado pela Região Metropolitana de Belo Horizonte. O TMAP possui grande potencial agropecuário e uma indústria fortemente voltada para o processamento de produtos desse setor, e para fornecimento de materiais e insumos que permitam seu amplo funcionamento.

Essa imbricação entre as atividades agrícolas e industriais conforma o exemplo vívido da constituição de importantes Complexos Agroindustriais (CAIs) na região, como se verifica nos casos do café e da cana-de-açúcar. De acordo com Graziano da Silva (1996), os CAIs se traduzem em “estreitamento das relações interssetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre atividades agrícolas e as indústrias e um crescente movimento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial” (Graziano da Silva, 1996, p. 34). Ortega e Ferreira (2004) apontam para a existência de significativos complexos agroindustriais na cafeicultura nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio (ambas pertencentes à mesorregião do TMAP).

Num contexto de sessenta e seis municípios, Uberlândia se destaca como polo da mesorregião, exercendo atração inequívoca sobre os demais integrantes do TMAP, especialmente em torno dos serviços que oferece, na condição de maior município (em termos populacionais) da região em questão. Apesar de sua economia estar fortemente atrelada ao setor de serviços (incluindo comércio), ninguém poderia olvidar a relevância da indústria dentro do município, o qual conta com um número significativo de indústrias, especialmente ligadas à fabricação de produtos alimentícios; produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos); confecção de artigos do vestuário e acessórios; e fabricação de móveis<sup>7</sup>. Apesar do reduzido grau de intensidade tecnológica associado a essas atividades produtivas, elas sugerem uma importância significativa para a conformação de estoque de emprego formal.

O município de Uberlândia apresenta uma dinâmica pujante cujas raízes remetem à sua constituição logística, fazendo jus a seu posicionamento estratégico na região em que se insere, propiciando o desenvolvimento de relações comerciais virtuosas dentro e fora do estado mineiro, e que lhe rendeu influências externas importantes para sua constituição socioeconômica, como a de São Paulo (capital) e Brasília (Guimarães, 2010).

Conforme foi visto na seção anterior, Uberlândia tem evidenciado um histórico de evolução econômica e social de elevada celeridade e magnitude, o qual pode ser notado por sua notória posição (e ascensão) no ranking nacional dos 100 maiores municípios em relação ao PIB. Também verificou-se que o município exibiu trajetória ascendente para o Produto Interno Bruto durante parte expressiva do período 2002-2015, tendo apresentado três retrações nos anos 2007, 2011 e 2015, de respectivamente -1,77% -4,74% e -3,24%. Por ora, pode-se adiantar que a queda do produto nos referidos anos parece encontrar relação com a retração do Valor Adicionado Bruto (VAB) na Indústria, conforme será visto a seguir.

No período 2002-2015, a indústria respondeu em média por 30% do VAB total do município. Dividindo-se esse interregno em dois subperíodos, compreendendo as duas décadas em que os anos poderiam ser agrupados, no primeiro (2002-2009), a participação desse setor foi de 27,7% e, no segundo (2010-2015), de 31,8%. Apesar da elevada contribuição do setor industrial, a atividade econômica que respondeu por maior parcela do Valor Adicionado Bruto do município foi serviços – assim como em

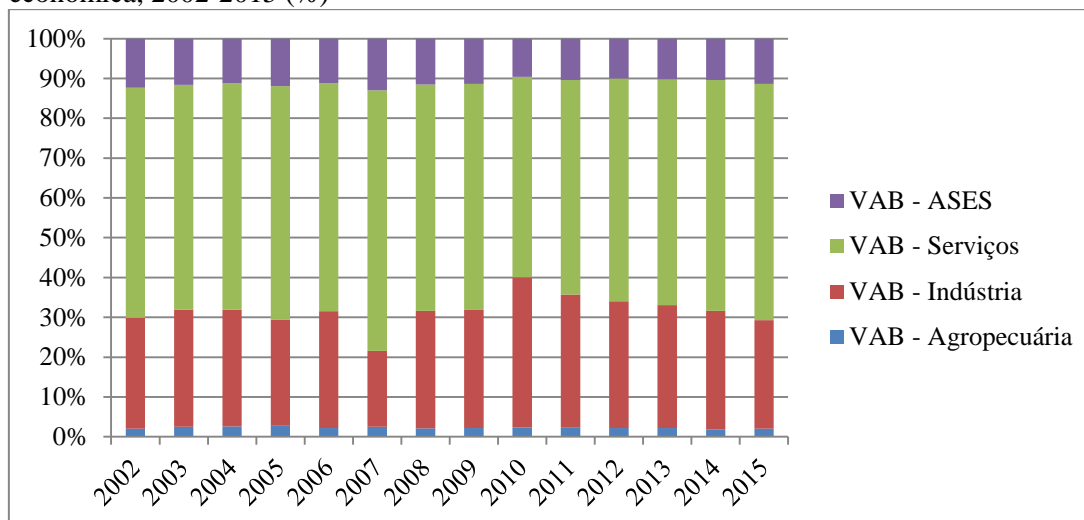
---

<sup>7</sup> Informações obtidas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

todos os outros municípios aqui selecionados – ao passo que a menor coube à agropecuária.

O Gráfico 2.6.1 evidencia a participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto total do município durante o interregno 2002-2015:

**Gráfico 2.6.1** – Uberlândia - MG: Composição do Valor Adicionado Bruto segundo atividade econômica, 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Já a Tabela 2.6.1 apresenta a participação média das atividades no VAB em três períodos específicos: 1) 2002-2015, 2) 2002-2009, e 3) 2010-2015:

**Tabela 2.6.1** – Uberlândia - MG: Participação média das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto nos períodos: 2002-2009, 2010-2015, e 2002-2015

Atividade Econômica	2002-2009	2010-2015	2002-2015
Agropecuária	2,36	2,14	2,25
Indústria	27,68	31,76	29,86
Serviços	58,21	55,75	56,90
ASES	11,74	10,34	11,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

No que diz respeito ao comportamento do Valor Adicionado Bruto das atividades econômicas ao longo do interregno 2002-2015 é possível notar que os setores de serviços e a administração pública evidenciaram apenas uma retração no VAB, no caso do primeiro em 2015, e no do segundo em 2003, se colocando, portanto, como as atividades que apresentaram trajetória mais estável de crescimento do Valor Adicionado. A agropecuária apresentou três decréscimos (2006, 2011 e 2014); e a

Indústria foi a que registrou maior número de variação negativas, totalizando cinco no período em questão (2005, 2007, 2011, 2014 e 2015). Por outro lado, esse último setor também foi o que evidenciou as maiores taxas positivas.

**Tabela 2.6.2** – Uberlândia - MG: Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, 2002-2015 (%)

Ano	VAB – Total	VAB - Agropecuária	VAB – Indústria	VAB – Serviços	VAB – ASES
2002	-	-	-	-	-
2003	6,32%	30,49%	12,58%	3,83%	-0,14%
2004	7,51%	11,65%	6,94%	8,40%	3,76%
2005	-1,54%	4,74%	-10,71%	1,70%	4,53%
2006	11,27%	-12,99%	22,97%	8,37%	5,13%
2007	-3,32%	12,59%	-37,26%	10,60%	11,46%
2008	21,09%	1,74%	87,21%	5,20%	7,86%
2009	3,02%	5,51%	3,80%	2,90%	1,21%
2010	20,58%	28,04%	53,47%	6,85%	1,75%
2011	-5,26%	-5,45%	-16,24%	1,40%	3,16%
2012	8,01%	1,97%	3,07%	12,13%	3,92%
2013	4,04%	2,67%	0,96%	5,45%	6,22%
2014	0,87%	-10,94%	-3,04%	3,13%	2,62%
2015	-3,42%	2,28%	-11,45%	-1,06%	5,37%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

É importante lembrar que a indústria, para fins de classificação dessa atividade econômica pelo IBGE no cálculo do VAB, engloba também a construção civil e os serviços de utilidade pública (como esgoto e iluminação, por exemplo). Esse aspecto merece a devida atenção, pois o comportamento da construção civil no período mencionado foi notadamente influenciado no país por estímulos dos mais variados tipos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), além das políticas de estímulo à concessão de crédito para fins de financiamento imobiliário.

Desse modo, pode-se inferir que parte do desempenho do VAB industrial no período considerado relaciona-se à construção civil. No caso de Uberlândia, em Ferreira (2017) revela-se um aumento expressivo do número de estabelecimentos formais ligados à Construção Civil, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o que corrobora para a percepção de que esse setor teve influência inequívoca na conformação do Valor Adicionado Bruto da Indústria divulgado pelo IBGE.

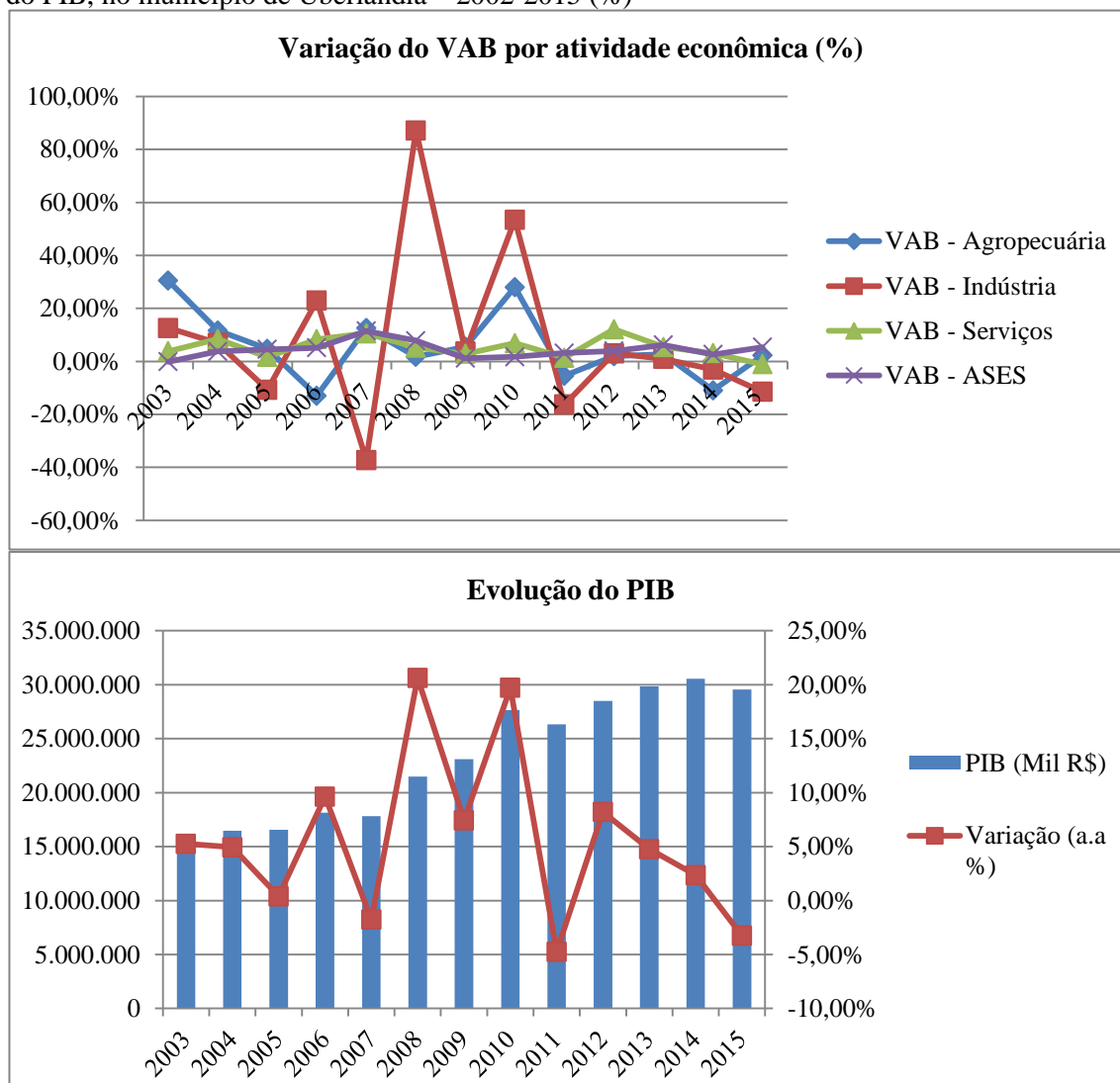
A Figura 2.6.1 apresenta um gráfico com o comportamento do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica entre 2002 e 2015, e outro com a evolução do PIB municipal no mesmo período. O que se pode notar, já numa primeira observação, é que a dinâmica do produto do município e os movimentos apresentados pelo valor adicionado da indústria sugerem a existência de uma relação direta entre si.

No ano 2005, foi registrada uma queda no VAB da Indústria de -10,7%, ao passo que, no mesmo ano, notou-se uma redução na taxa de variação do produto, o qual havia apresentado um incremento de aproximadamente 5% no ano anterior, e passa a 0,5% no ano em questão. Em 2007, novamente percebe-se que o comportamento do PIB se revela coerente com o desempenho negativo observado para o VAB industrial, de modo que há uma retração de aproximadamente -2% no produto relativamente ao ano precedente, a despeito da significativa variação positiva no VAB de Serviços (principal atividade concentradora do valor adicionado total).

Analogamente, quando em 2008 a indústria exhibe importante recuperação denotada por uma significativa elevação de seu valor adicionado, verifica-se um relevante incremento do produto. E, por fim, como mais uma evidência dessa relação direta entre o comportamento da atividade produtiva na indústria e o PIB, observa-se que em 2011, quando o VAB industrial apresenta retração em relação ao ano anterior (somado ao baixo incremento verificado no VAB de serviços), o produto evidencia uma variação negativa de quase -5%.

A ligação que os dados parecem sugerir entre o comportamento da atividade produtiva na indústria e o valor do Produto Interno Bruto assinala a importância desse setor na dinâmica de crescimento econômico do município de Uberlândia, ainda que esta não seja a principal atividade que concentra o Valor Adicionado Bruto. A relevância da indústria para conformação da dinâmica de crescimento é enfatizada por parte expressiva da literatura macroeconômica, especialmente de cunho heterodoxo. Geralmente reconhece-se a existência de uma capacidade distinta de promoção de efeitos de encadeamento ao longo da economia, por parte do setor industrial, em função do diferencial de produtividade que este exhibe em comparação aos demais setores (Painel de Informações Municipais 2017, Uberlândia, CEPES/IERI).

**Figura 2.6.1**– Variação anual do Valor Adicionado Bruto por atividade econômica, e evolução do PIB, no município de Uberlândia – 2002-2015 (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

A fim de auxiliar nessa análise acerca da importância dos distintos setores para a economia uberlandense, será apresentado, tal como foi feito nas subseções anteriores, o Quociente Locacional calculado com base no VAB, tendo por parâmetro o país e, num segundo momento, o estado de Minas Gerais. A Tabela 2.6.3 apresenta os referidos dados referenciados ao período 2002-2015.

**Tabela 2.6.3 – Uberlândia - MG: Quociente Locacional (QL) com base no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica – 2002-2015**

Ano	QL/Agro- Uberlândia	QL/Ind- Uberlândia	QL/Serv- Uberlândia	QL/ASES- Uberlândia
Uberlândia em relação ao Brasil				
2002	0,320	1,055	1,138	0,750
2003	0,350	1,093	1,132	0,725
2004	0,393	1,023	1,159	0,717
2005	0,509	0,933	1,174	0,743
2006	0,424	1,061	1,124	0,691
2007	0,490	0,703	1,272	0,797
2008	0,394	1,078	1,121	0,698
2009	0,417	1,160	1,090	0,663
2010	0,479	1,380	0,977	0,588
2011	0,453	1,229	1,043	0,648
2012	0,446	1,225	1,052	0,630
2013	0,409	1,245	1,060	0,625
2014	0,379	1,250	1,058	0,634
2015	0,401	1,211	1,074	0,662
Uberlândia em relação a Minas Gerais				
2002	0,325	0,975	1,216	0,701
2003	0,381	0,980	1,205	0,704
2004	0,356	0,904	1,258	0,746
2005	0,422	0,825	1,297	0,748
2006	0,338	0,963	1,208	0,717
2007	0,424	0,615	1,386	0,820
2008	0,355	0,924	1,236	0,717
2009	0,375	0,993	1,189	0,686
2010	0,414	1,139	1,091	0,634
2011	0,340	1,007	1,189	0,708
2012	0,331	1,027	1,176	0,676
2013	0,384	1,011	1,167	0,672
2014	0,338	1,032	1,166	0,658
2015	0,377	1,045	1,156	0,659

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

Conforme revela o QL, durante a maior parte do período analisado, Uberlândia revelou uma especialização na produção industrial e de serviços relativamente à apresentada pelo país, diferentemente do caso da agropecuária e da ASES. De modo semelhante ao identificado em comparação ao Brasil, em relação ao estado de Minas Gerais, o município também apresentou especialização no setor de serviços (durante todo o interregno considerado) e, no caso da indústria, no período 2010-2015.

É importante destacar que o setor industrial relativo à indústria de transformação no município de Uberlândia, bem como de toda a microrregião, ao longo das últimas

décadas, ligou-se especialmente ao processamento de alimentos e bebidas. A estrutura produtiva da microrregião de Uberlândia possui forte integração ao agronegócio, o que constitui uma característica proeminente de boa parte do Brasil Central, em especial, a partir dos anos 90. No caso específico do município e sua microrregião, o principal elo está conformado pela produção agropecuária para o processamento de soja e carnes (Mesquita e Furtado, 2011).

## 2.7 Dinâmica setorial dos municípios selecionados: uma síntese

Os municípios selecionados no âmbito deste trabalho tiveram, assim como parte maciça dos municípios brasileiros, as raízes de sua constituição socioeconômica ligadas à atividade agropecuária, tendo por referência balizadora as necessidades da economia nacional agroexportadora. Com o passar do tempo, a comercialização em âmbito local desses produtos, em especial o abastecimento de alimentos para o mercado interno, e os investimentos em infraestrutura e logística, muitos dos quais direcionados à construção de estradas e ferrovias, propiciaram as condições para o desenvolvimento e fortalecimento de um setor terciário importante nessas localidades.

A partir, em especial, dos anos 1970, os municípios aqui selecionados, que a esta época haviam consolidado seu processo de urbanização, experimentaram um processo de reestruturação produtiva com enfoque para a indústria, dando continuidade a um processo de industrialização, em geral, iniciado na década de 50. O setor industrial desses municípios esteve historicamente ligado, em particular, ao processamento de produtos do setor agropecuário. Nos anos 70, todavia, houve uma tentativa expressa em maior ou menor grau, a depender do município e região em que se insere, de complexificar e diversificar mais essa pauta de produtos.

Nos anos 90, com a abertura comercial e propósito de reestruturação produtiva da economia em âmbito nacional, a produção de diversos municípios volta a se concentrar no processamento de produtos agropecuários, reproduzindo, por conseguinte o padrão agroexportador brasileiro em torno da produção de soja, milho, café, carne, entre outros. A depender das possibilidades de solo, bem como do clima, esse perfil tenderá a tomar corpo no âmbito dos municípios selecionados.

Conforme exposto, todos eles têm suas origens ligadas ao peculiar potencial agropecuário que exibiram em tempos remotos, o que, por conseguinte, oferece indicativos de que o setor industrial presente em cada um deles volta a apresentar no período recente uma forte imbricação com a agropecuária, especialmente em face das políticas de 1990. Portanto, por menor que pareça a participação do setor agropecuário na conformação do VAB total dos municípios selecionados, deve-se ter em conta, necessariamente, a ligação e repercussão dessa atividade, principalmente por meio da indústria.

Outro ponto que deve ser mencionado é que a classificação da indústria para o Valor Adicionado Bruto feita pelo IBGE incorpora à indústria de transformação a

extrativa mineral (além da construção civil e de alguns serviços de utilidade pública). O ideal, caso se dispusesse à nível municipal de um maior detalhamento das atividades econômicas, seria separar esses dois subsetores, já que eles possuem características muito distintas, tanto com respeito à capacidade de geração de empregos (que é bem maior por parte da primeira), quanto com relação ao perfil do produto final.

Aliás, é possível explorar melhor a questão produtiva industrial a partir dos dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) realizada pelo IBGE, fundamentalmente tomando por base o Valor de Transformação Industrial (VTI). Contudo, essas informações, em nível municipal, não são disponibilizadas publicamente, e somente poderiam ser obtidas por meio da requisição de tabulações especiais ao instituto responsável pela referida pesquisa.

De modo geral, com base nos dados do VAB, a indústria, nos municípios selecionados, não constitui a principal atividade econômica, já que uma tendência comum aos municípios selecionados foi a concentração do valor adicionado no setor de serviços (o qual também inclui comércio, na classificação do IBGE). Essa disposição é característica dos municípios de maior parte no país, e tende a acompanhar o crescimento populacional e urbano. Outro ponto que se discute com frequência em relação a essa situação é a desindustrialização precoce que estaria ocorrendo em nível nacional, segundo diversos autores (Bresser-Pereira, 2008; Oreiro e Feijó, 2010; Filgueiras et al, 2012; Silva, 2014), ou seja, quando, tanto o emprego industrial, como o valor adicionado da indústria, se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Em geral, a concentração do VAB pelo setor de serviços, em média, no período 2002-2015 ficou entre 57% e 75%, aproximadamente. O menor percentual correspondeu ao do município de Uberlândia, que foi onde a atividade terciária assumiu menor importância como proporção do PIB (57%), e o maior foi o de Ribeirão Preto (75%). Já a indústria representou entre 15% e 30% do VAB dos municípios, tendo sido a primeira taxa verificada no município de Ribeirão Preto, onde foi registrada a menor participação da indústria na conformação do produto municipal, e a segunda foi referente a Uberlândia, município no qual observou-se a maior representatividade deste setor. Essas constatações oferecem indicativos de uma dinâmica relativamente distinta entre esses dois municípios, os quais evidenciam os dois maiores PIBs entre os selecionados e, certamente, sugere oportunidade para novos estudos comparativos e com análises mais detalhadas desse perfil setorial.

Um ponto particularmente interessante a se notar é que, mesmo como menor proporção do VAB total relativamente a serviços, o desempenho da indústria nos municípios selecionados parece ter forte relação direta com o comportamento do PIB. Essa condição fica mais clara no caso de alguns municípios como o de Uberlândia e Londrina, mas não deixa de ser válida em menor grau para os outros.

Todavia, quando se percebe uma possível especialização regional em torno das atividades produtivas, verifica-se que todos tendem ao setor terciário. Uberlândia, diferentemente dos demais, além de ter apresentado indícios de uma especialização em torno de serviços em relação tanto ao país, quanto a seu estado de origem, também evidenciou indicativos de uma especialização no setor industrial. Feira de Santana também exibiu essa última característica, mas apenas em relação ao seu estado (Bahia) e somente nos anos mais recentes. A propósito, é importante notar que nos municípios de Campo Grande, Feira de Santana e Uberlândia, o VAB industrial apresentou uma inclinação ao incremento, com especial ênfase no período 2010-2015, o que certamente merece uma investigação mais acurada sobre essa tendência no referido interregno.

Outro ponto importante a se destacar refere-se à maior volatilidade apresentada pelos setores agropecuário e industrial no que diz respeito às variações de seu valor adicionado. As taxas de variação anual desses dois setores, tanto positivas quanto negativas, foram significativamente maiores que nos demais, e tanto mais frequentes foram suas alternâncias, em termos de sinal, ao longo do período considerado. Entre estes dois setores, sem dúvidas, o que experimentou maior recorrência de quedas na sua produção foi o agropecuário, ao passo que, considerando todos os demais, o que se manteve mais relativamente estável, e tendente a se concentrar em variações positivas, foi o de serviços.

Por fim, a Tabela 2.7.1 relaciona as três atividades com maior valor adicionado bruto em cada um dos municípios. Os dados corroboram a predominância do setor de serviços, por meio das atividades intituladas “Demais Serviços”<sup>8</sup> e “Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social”. Destaca-se também o fato de que apenas em Uberlândia a indústria de transformação aparece entre as três atividades com maior valor adicionado, ocupando,

---

<sup>8</sup> “Demais Serviços” referem-se a: comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades imobiliárias; atividades profissionais; científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação, saúde, e mercantis; e artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos.

especificamente, a segunda posição. Essa constatação fortalece a concepção de que o setor industrial tem um papel relevante e diferenciado nesse município, em vista de outros municípios de média concentração, e que merece análises especializadas com dados mais detalhados como os fornecidos pela pesquisa primária do Perfil da Indústria no Município de Uberlândia-MG, CEPES, 2004<sup>9</sup>.

**Tabela 2.7.1** – As três atividades com maior valor adicionado nos municípios selecionados, em 2010 e 2015

Ano	Município	Atividade com <b>maior</b> valor adicionado bruto	Atividade com <b>segundo</b> maior valor adicionado bruto	Atividade com <b>terceiro</b> maior valor adicionado bruto
<b>2010</b>	Campo Grande	A	B	D
	Feira de Santana	A	B	D
	Juiz de Fora	A	B	D
	Londrina	A	B	D
	Ribeirão Preto	A	B	D
	Uberlândia	A	C	B
<b>2015</b>	Campo Grande	A	D	B
	Feira de Santana	A	B	D
	Juiz de Fora	A	D	B
	Londrina	A	B	D
	Ribeirão Preto	A	B	D
	Uberlândia	A	C	B
<b>Legenda</b>				
A -	Demais serviços			
B -	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas			
C -	Indústrias de transformação			
D -	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social			

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: CEPES/IERI/UFU.

<sup>9</sup> Disponível em:

[http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PE07\\_Uberlandia\\_Profil\\_Industria\\_2004.pdf](http://www.ie.ufu.br/sites/ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/PE07_Uberlandia_Profil_Industria_2004.pdf)

### 3. Considerações finais

Este trabalho se concentrou na análise do Produto Interno Bruto e seus componentes ou variáveis relacionadas, com vistas a proporcionar uma apreensão da dinâmica produtiva nos municípios selecionados, ao longo do período 2002-2015 (o qual foi adotado por razões metodológicas). Conforme destacado na primeira seção, o produto cresceu de forma célere e significativa nos anos 2000, e também nos anos iniciais da segunda década (2010, 2011 e 2012), e de forma análoga elevou-se o emprego, e reduziu-se a volatilidade do investimento no país. Verificou-se, por meio dos dados trabalhados, que esse crescimento econômico que se observa na economia brasileira é reproduzido, em maior ou menor grau, no âmbito dos municípios selecionados.

Os seis municípios apresentaram participação importante no cenário nacional, colocando-se entre os 100 maiores PIBs do país, destacando-se o fato de que a posição que ocupam no *ranking* é incrementada entre 2010 e 2015. Uberlândia e Ribeirão Preto são os dois municípios que apresentam maior valor para o PIB entre os selecionados, e cuja importância, quando somadas as suas participações, remete a cerca de 1% do produto nacional.

Também notou-se que a dinâmica de crescimento produtiva dos municípios foi acompanhada de um processo relevante de redução das desigualdades econômicas, por meio da diminuição da concentração da renda. Ressalta-se, porém, que esse processo necessitaria ser ainda mais profundo, em especial no caso de Feira de Santana a fim de encontrar consonância nas altas taxas de variação do PIB que assinalam a trajetória de crescimento produtivo do município no período considerado.

Em termos setoriais, observou-se a constituição inicial notadamente voltada para a atividade agropecuária nos municípios, e que hoje, apesar da importância desta em associação com a indústria, reflete a menor parcela do valor adicionado. Ressalta-se a importância inequívoca do setor de serviços, sendo este o que apresenta maior participação no VAB em todos os municípios selecionados.

Contudo, ainda assim foram destacados os reflexos importantes da indústria para a dinâmica produtiva dos municípios, observando a conexão que em alguns casos se estabelece de forma nítida entre os movimentos neste setor e no PIB. No município de Uberlândia, essa situação se mostrou mais evidente, tendo sido este o município para o qual a indústria apresenta maior representatividade.

Também percebeu-se que as variações no setor industrial foram muito mais frequentes (inclusive em termos de alternância entre o sinal dessas variações) do que no setor terciário. O setor de serviços apresentou uma trajetória relativamente mais estável ao longo do período, com menores incidências de retrações em seu VAB, e geralmente com uma tendência à elevação de sua participação no VAB Total ao longo do período analisado.

Por fim, foi destacado que o indicador empregado para verificar indícios de uma possível especialização produtiva (Quociente Locacional – QL), revelou, na maior parte dos casos, o setor de serviços. Chamou-se atenção, entretanto, para o caso de Uberlândia em que também houve indicativos de uma especialização no setor industrial, corroborando, outrossim, para a importância distinta, relativamente aos demais municípios selecionados, que essa atividade parece exibir para sua dinâmica.

## Referências Bibliográficas:

AMITRANO, C. **Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil**. In: CORRÊA, Vanessa Petrelli (org). Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

BETARELLI JR, A. A.; SIMÕES, R.F. **A dinâmica setorial e os determinantes locais das microrregiões paulistas**. In: Economia Aplicada, v.15, n.4, p. 641-670, 2011.

BRAGUETO, C.R. O aglomerado urbano industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial. 2007. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paul, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L.C. - (2008). **"The Dutch Disease and Its Neutralization: a Ricardian Approach"**, Revista de Economia Política, Vol. 28, N.1.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Brasil, sociedade nacional-dependente**. In: Novos Estudos, CEBRAP n.93, p. 101-121, Julho de 2012.

CHAVES, T. S. **Estudo de caso – a cidade de Juiz de Fora MG – sua centralidade e problemas socioeconômicos**. In: Revista GEOMAE. Campo Mourão, PR, v.2, n1, p. 155-170, 2011.

CURADO, M. **Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula**. In: Economia e Tecnologia, ano 07, volume especial, p.91-103, 2011.

DEDECCA, C. S.; TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F. **Desenvolvimento e Equidade: desafios do crescimento brasileiro**. In: Novos Estudos, CEBRAP, n.98, p.23-41, março-2014.

FERREIRA, E W. **Uberlândia - Painel de Informações Municipais 2017**. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais/Instituto de Economia e Relações Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia, agosto 2017. 136 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

FILGUEIRAS, L. A. M. et al. (2012) **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro Recente: Desindustrialização, Reprimarização e Doença Holandesa**. VIII Encontro de Economia Baiana – set. 2012.

FONSECA, P.C.D; CUNHA, A.M.; BICHARA, J.S. **O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?** In: Nova Economia, n.23, p. 403-428, maio-agosto de 2013.

FREITAS, N.B. **Urbanização e modernização industrial das cidades médias da Bahia: um olhar sobre Feira de Santana**. In: LOPES, D.M.F.; e HENRIQUE, W.

(Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador, SEI, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP: 1996.

GUIMARÃES, E. N. Formação e Desenvolvimento Econômico do Triângulo Mineiro: Integração Nacional e Consolidação Regional. Uberlândia, Editora EDUFU, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, 2017. [online] Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nota Metodológica nº2: Estrutura do Sistema de Contas Nacionais. Versão 2, Janeiro de 2015. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Sistema\\_de\\_Contas\\_Nacionais/Notas\\_Metodologicas\\_2010/02\\_estrutura\\_scn.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/02_estrutura_scn.pdf). Consultado em 18 de setembro de 2017.

MESQUITA, F.C.; FURTADO, A.T. **O desempenho da indústria em Uberlândia entre 1996 e 2007: crescimento do setor de alimentos e bebidas e o retrocesso industrial.** In: Soc.&Nat., Uberlândia, ano 23, n.23, p. 497-512, 2011.

MONASTERIO, L. Indicadores de análise regional e espacial. In: CRUZ, B.O; FURTADO, B.A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JR., W. (Org.). Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. 2011.

OLIVEIRA, A. S. Produto Interno Bruto na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - TMAP. In: CORRÊA, V. P. (Org.). Dinâmica Socioeconômica da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia: CEPES/IEUFU, V. 3, maio 2017. 61 p. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/CEPES>

OLIVEIRA, E.L. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina – PR.** 2009. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OREIRO, J. L; FEIJÓ, C.A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** In: Revista de Economia Política, São Paulo, v.30, n.2, p. 219-232, 2010.

ORTEGA, A. C.; FERREIRA, R. G. Impactos da intensificação da mecanização da colheita de café nas microrregiões de Patos de Minas e Patrocínio-MG. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo - RS, v. 12, n.23, p. 71-96, 2004.

Perfil Socioeconômico de Campo Grande, Prefeitura Municipal de Campo Grande, Campo Grande – MS. 23ª edição, agosto de 2016. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sedesc/downloads/perfil-socioeconomico-de-campo-grande/> Acesso em: 11 de novembro de 2017.

PIRES, J.M. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930 – 2000. Texto para Discussão, Série Economia, TD-E/43, 2004.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000**. Observatório da economia global. Textos avulsos, n.6, março 2011.

SILVA, J.A. **A Questão da Desindustrialização no Brasil**. Revista Economia & Tecnologia, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 45-75, jan. /mar. 2014

SOUZA, L. A.; CASSAB, C. **As recentes dinâmicas de expansão urbana em cidades médias: a realidade de Juiz de Fora – MG**. In: Anais do XI – Encontro Nacional da ANPEGE: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Presidente Prudente /SP, 2015. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/>